

PARÁ Industrial

REVISTA BIMESTRAL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) ANO 1 • Nº 3 • MAIO/JUNHO 2008

Japão NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

Roberto Kataoka,
da Oyamota. A
colônia japonesa
ocupou seu espaço
em vários setores,
como a indústria

ENTREVISTA:
Marcello Brito,
Diretor Comercial
da Agropalma



FIEPA

www.fiepa.org.br

A GENTE PEGA PESADO PRA GARANTIR O CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS E DOS EMPREGOS NO PARÁ.



A Fiepa está na luta pelo crescimento e modernização da indústria paraense desde 1949. E de lá para cá, nunca deu descanso para ninguém nessa batalha permanente. Na arena política e na frente tecnológica. Mobilizou empresários e trabalhadores, comandou movimentos, levantou a voz. Foi um dos criadores do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o PDF, que coordena desde 2004. E vai continuar encarando desafios, problemas e até inimigos para defender os interesses do Pará.



Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



ALERTA PELO DESENVOLVIMENTO

Que investidor poderá lançar mão de recursos para levar adiante um projeto em um local onde as leis básicas do Estado Democrático de Direito não são respeitadas? Que grupo poderá se sentir atraído para determinada região se nela não existem incentivos fiscais, ao contrário do que é praticado amplamente em outros Estados do país? Foi buscando responder essas indagações que entidades empresariais, classes representativas de profissionais e trabalhadores se uniram no movimento “Alerta Pará”. Nele, entidades e autoridades assinaram a Carta de Princípios, documento que descreve os principais anseios dos empresários para garantir o desenvolvimento do Pará (leia a sua íntegra na página 43 desta edição).

O manifesto é um alerta às autoridades competentes e revela um momento preocupante no Estado. O elementar direito de propriedade é sumariamente ignorado, numa atitude clara de desrespeito às autoridades legais.

A preocupação é pela ameaça de perdermos, mais uma vez, a chance de prosperar definitivamente. Todos sabem do potencial de crescimento que o Pará pode ter nos próximos anos, já que grandes empresas estão projetando investimentos para diversos setores. Apenas a Vale, por exemplo, pretende investir US\$ 20 bilhões até 2012 em diferentes empreendimentos.

Diante dessa expectativa, pode-se vislumbrar um novo tempo para o desenvolvimento sustentável, maior distribuição de riqueza e empregos para a população. Porém, só ter o potencial não é suficiente. É preciso deixar de lado essa expectativa e transformá-la em realidade.

Recentemente recebemos na Fiepa o presidente da Vale, Roger Agnelli. Aos empresários, foi reafirmado o compromisso em se investir mais no Pará, de se fortalecer a cadeia de desenvolvimento de nossas empresas, através do PDF, o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores. A visita ocorreu justamente na mesma época em que era viva a ameaça de invasão da Estrada de Ferro de Carajás, o que acabou se concretizando. No encontro, foi confirmado que dezenas de empresários estão cautelosos quanto ao que ocorre em solo paraense e a certeza de se

investir e gerar riqueza no Estado passa a ser dúvida com tantas leis menosprezadas.

A preocupação serve como um alerta. A própria Federação das Indústrias recebe constantemente empresários que buscam, no Pará, novas oportunidades. Em uma das visitas, o embaixador da Coreia do Sul, Jong-Hwa Choe, exemplificou bem a imagem que investidores, até de fora do país possuem de nosso Estado, quando são deixados de lado os problemas: “O sudeste é o passado. No norte está o futuro dos investimentos”. Não temos dúvida disso. Mas isto só será possível se garantirmos a pavimentação desse caminho, de respeito às leis que vigoram nesta terra e vontade política em suprir necessidades básicas de infra-estrutura, com reformas de nossa malha viária terrestre e fluvial.

É hora de acabar com a timidez e partir com maior agressividade nesse mercado, atraindo com firmeza novos empreendimentos

É também preciso que sejam garantidos meios para geração de energia, sob risco de se ter no Estado grandes empreendimentos parados, sem energia para seu funcionamento. Só assim as oportunidades podem ser ainda maiores, indo além da mineração, com crescimento de uma cadeia na área de alimentos, bebidas e tantos outros projetos que apenas aguardam um aceno com mais atrativos.

O Pará está cercado de Estados com incentivos fiscais. É hora de acabar com a timidez e partir com maior agressividade nesse mercado, atraindo com firmeza novos empreendimentos e dando força aos aqui já instalados. Com uma possível diversificação de nossa economia e parque industrial, será possível termos a garantia de um desenvolvimento que vai contemplar os quatro cantos do Pará, ganhando a população paraense e o Brasil, com um novo espaço de crescimento industrial, econômico e de desenvolvimento da nossa região. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA
Quadrênio 2006/2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa 1º VICE-PRESIDENTE
Gualter Parente Leitão 2º VICE-PRESIDENTE
Manoel Pereira dos Santos Jr.
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Antônio Georges Farah
Ronaldo Maiorana
Roberto Kataoka Oyama
Juarez de Paula Simões
Fernando Antônio Ferreira
Nilson Monteiro de Azevedo
Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos Diretor Secretário da FIEPA
Antônio Djalma Vasconcelos 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Ivanildo Pereira de Pontes 1º DIRETOR TESOUREIRO
Roberto Rodrigues Lima 2º DIRETOR TESOUREIRO
Carlos Jorge da Silva Lima
José Maria da Costa Mendonça
Marcos Marcelino de Oliveira
Fábio Ribeiro Vasconcelos
Jefferson Rodrigues Brasil
Antônio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Paulo Afonso Costa

Jadir Seramucin

Antônio Emil Macedo
Eugênio Carlos Lopes Victorroso
Hélio de Moura Melo Filho
Ana Clara Rodrigues Boralli
Sonia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza
João Batista Corrêa Filho
Denise de Lima Farah

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

MIGUEL ÂNGELO



É possível produzir de forma sustentável".

A polêmica em torno da produção de biocombustíveis

ENTREVISTA:

Marcello Brito, diretor comercial da Agropalma, pág.8.

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado Santos, Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará).
- 12 • **RECURSOS HÍDRICOS** | A FIEPA está preocupada com a definição de uma política estadual para o setor.
- 16 • **TECNOLOGIA** | SENAI vai investir R\$ 441 mil para interligar 14 centros de educação profissional.
- 20 • **EVENTO** | Encontro da Indústria reúne em Salinas sindicatos filiados à FIEPA

SALVIANO MACHADO



JAPÃO NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

A colônia implantou na região as lavouras de pimenta-do-reino e de juta e conseguiu destaque em vários setores, como a indústria. Pág 22.

- 28 • **INDÚSTRIA SOCIAL** | Ações desenvolvidas pela MRN mudaram a realidade de comunidades do Baixo Amazonas.
- 32 • **TRABALHO** | Exercitar a responsabilidade social empresarial é mais do que um dever; é estratégia de empresas vencedoras.
- 36 • **ESTÁGIO** | Oportunidade para os jovens conhecerem um pouco mais sobre a sua profissão
- 40 • **DISTRITO INDUSTRIAL** | A ampliação dos parques industriais está entre as idéias do Fórum Paraense de Competitividade.
- 44 • **MEDALHA** | FIEPA promove grande evento na entrega da Medalha do Mérito Industrial a Roger Agnelli.

PARÁ Industrial

Revista bimestral do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO

temple
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, n 2865
Edifício Síntese 21 - Salas 1201, 1203 e 1205
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Editor: Raimundo Pinto

Editoras assistentes: Solange Campos e Adriana Monteiro

Projeto gráfico e diagramação: Calazans Souza

Tratamento de imagem: Antônio Machado

Reportagens: Raimundo Pinto, Aletheia Vieira, Daniel Nardin, Alessandra Barreto, Lidiane Sousa, Fabrício Gesta

Fotos: Marcelo Lelis, Romeo Campos, Salviano Machado, Fabrício Gesta, Ricardo Augusto e João Ramid.

Capa: Marcelo Lelis e Romeo Campos

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE:

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br

(91) 3205 6516 / 3205 6500

Impressão: Marques Editora

Tiragem: 10.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiuva, no 1588. Cep: 66035-190.

(91) 4009 4900/ (91) 3224 1995

e-mail: ascom@fiepa.org.br ou paraindustrial@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiepa.

leia mais...



RADAR DA INDÚSTRIA | 7

Na Memória da Indústria, uma foto da antiga Fábrica Palmeira em plena atividade como uma das maiores indústrias de sua época.

VIDA CORPORATIVA | 19

Uso da internet nas empresas

INDÚSTRIA EM FOCO | 47

A indústria da construção civil, por João Ramid

COLABORADORES

- NILSON AZEVEDO** | Vice-presidente da FIEPA
- JUSTINIANO NETTO** | Presidente do Conselho de Meio Ambiente da FIEPA
- JARBAS PORTO** | Assessor Legislativo da FIEPA

NOSSA ESPECIALIDADE É CONSTRUIR PONTES.

O IEL é a parte do Sistema Fiepa dedicada a unir as pontas da produção industrial e da produção intelectual. Os avanços tecnológicos testados na academia são transpostos para a linha de produção, fazendo com que a indústria avance e a ciência tenha aplicação prática. Isso é feito por meio de intercâmbio com a universidade e de cursos e treinamentos específicos ministrados aos empresários e trabalhadores do setor. Quando conhecimento e desenvolvimento andam juntos, o lucro é de todos.



CONRADO NA SUDAM

O presidente da FIEPA, José Conrado Santos, é o representante do setor produtivo no Conselho Deliberativo da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Conrado, assim como todo o Condel, foi empossado no dia 30 de maio, em solenidade no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, com as presenças de todos os governadores da região Norte e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o presidente da FIEPA, que foi indicado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) para o posto, a Sudam poderá ser importante espaço para debater e cobrar ações mais efetivas na área de infra-estrutura e desenvolvimento da região.



SALVIANO MACHADO

• *O Onça Puma, da Vale, será o primeiro dos três projetos de níquel a entrar em operação no Pará*

MAIS NÍQUEL

Os anúncios de novos investimentos no Pará, principalmente no setor de mineração, continuam a acontecer. A Anglo American, uma das maiores mineradoras do mundo, esteve no início de junho na sede da FIEPA para confirmar que a empresa vai investir mais de US\$ 2,5 bilhões para explorar a mina de níquel do Jacaré, no município de São Félix do Xingu, numa região onde já existem outros dois projetos desse mineral estratégico em implantação: o de Onça Puma, em Ourilândia do Norte, e o do Vermelho, em Canaã dos Carajás, ambos da Vale e com investimentos de mais de US\$ 3 bilhões. A Anglo espera iniciar sua operação dentro de três anos. A reserva do Jacaré é estimada em 500 milhões de toneladas, suficientes para uma exploração por algo entre 50 e 60 anos.

PRODUÇÃO CAI

Mas a indústria paraense não vive só de boas notícias. De acordo com o IBGE, a sua produção registrou queda em abril, pelo segundo mês consecutivo. Em março o recuo havia sido de 5,0%. Em abril a queda foi menor, de 2,5%, na comparação com o mês anterior. Mas mesmo com essas quedas, a indústria paraense ainda acumula um crescimento de 6,7% no primeiro quadrimestre de 2008. Os dados do IBGE confirmam que o atraso na liberação dos planos de manejo têm afetado de maneira significativa o desempenho do setor madeireiro. A indústria da madeira ajudou a puxar para baixo os índices nesse início de ano. De janeiro a abril o setor acumula queda de desempenho de 10,9%.

TRABALHO X EXPLORAÇÃO SEXUAL

O presidente do Conselho Nacional do SESI (Serviço Social da Indústria), Jair Meneguelli, esteve em Belém para iniciar diálogo com autoridades paraenses sobre um projeto piloto da entidade que deverá ser iniciado em quatro capitais - Belém, Fortaleza, Recife e Natal -, buscando combater a exploração sexual. O projeto atenderá 100 jovens entre 16 e 21 anos e que já são atingidos pela exploração. O programa deverá oferecer cursos de profissionalização e ensino básico e receber uma bolsa de R\$ 500,00, garantidos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Conselho Nacional do SESI. O programa ainda está em fase de elaboração e definição das ações. O projeto já conta com apoio da Prefeitura de Belém e dos governos Estadual e Federal. 'Sabemos que cada região tem sua particularidade e por isso queremos ouvir cada possível parceiro. O setor produtivo conhece a realidade da indústria e do mercado e pode apontar que cursos podem ser ofertados', disse Meneguelli.

SUSTENTABILIDADE

O Sindiferpa participou em maio do lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), realizado em Brasília. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos Estados que compõem a Amazônia brasileira. O principal desafio, segundo o Sindiferpa, é criar instrumentos que permitam transformar a base produtiva, mediante o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais. A entidade, representante do setor siderúrgico paraense, tem o mesmo objetivo definido no plano e busca soluções efetivas para alcançar sustentabilidade.



ESTUDOS

Uma empresa especializada na área ambiental, contratada pelo Sindiferpa (Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará), está concluindo um trabalho de monitoramento do ar e da água

na área onde estão instaladas as usinas siderúrgicas do pólo de Marabá. O trabalho é inédito no município e resultado de uma determinação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para medir os impactos da atividade industrial sobre o meio ambiente. O relatório final deverá ser entregue à secretaria até o final desse semestre.

MISSÃO: CHINA

O vice-presidente da FIEPA, Sidney Rosa, esteve em uma missão com empresários e representantes de federações de indústria na Feira de Cantão, tida como a maior feira comercial da China. A partir desse primeiro contato, a FIEPA prepara uma missão empresarial para 2009, que deverá reunir 30 empresários paraenses. De acordo com informações, 17 deles já reservaram vaga e demonstram interesse em participar da missão, que prevê ainda visita a indústrias chinesas, em abril de 2009. De acordo com Sidney, o Pará deveria ter um mecanismo diferenciado de cobrança de impostos para os importadores, seguindo o exemplo do que já acontece em outros Estados, e aumentar o comércio com a China. “Para a importação de máquinas e equipamentos, necessários para desenvolver a indústria, vários Estados cobram até 2% ou mesmo dão isenção total de ICMS. Já o Pará cobra 17% de ICMS do importador e isso acaba fazendo que o empresário importe por outros portos e traga até aqui por malha viária. É preciso mudar essa lógica”, analisa Sidney.

MEMÓRIA DA INDÚSTRIA



Fundada em 1892, a Fábrika Palmeira foi por muitos anos uma das principais indústrias do Pará, ocupando um prédio que se destacava na paisagem urbana de Belém. Ela chegou a produzir mais de 40 tipos diferentes de chocolates, cerca de 60 de biscoitos, 70 tipos de massas alimentícias, mais de uma centena de caramelos e os mais variados e finos doces. E produzia também pães, café e açúcar refinado. Chegou a ter mais de 400 empregados e ocupava uma área 15 mil metros quadrados numa quadra da rua Senador Manoel Barata, entre as travessas 1º de Março e Presidente Pernambuco. O belo prédio da Palmeira acabou derrubado e virou um buraco, cuja destinação até hoje desafia a administração municipal. Na foto, o balcão de vendas dos inúmeros produtos da Fábrika Palmeira.





Não há desenvolvimento econômico em lugar algum do mundo que não traga impacto ao meio ambiente. Como diz o ditado, ‘pensou; impactou!’. O fato é a grande novidade é que dá para fazer dentro de normas aceitáveis, decentes, que recuperem socioeconomicamente em grande parte o que já foi destruído e trate de preservar ou até conservar ambientalmente o que ainda resta para tal.” A afirmação é de Marcello Brito, o diretor comercial da Agropalma, maior produtor de óleo de palma (dendê) da América Latina e que atua há 25 anos no Pará.

Nesta entrevista ao PARÁ INDUSTRIAL, ele fala sobre a polêmica em torno da produção de biocombustíveis, ressaltando que somente 9% da produção mundial de óleo de palma é destinada para biocombustíveis, já que o grande volume é empregado na indústria alimentícia e outra pequena parte em cosméticos e óleo-química. Brito destaca também os aspectos sociais da cultura da palma, que emprega 50 vezes mais que a pecuária de corte extensiva e de cinco a sete vezes mais que o cultivo de grãos mecanizado. Para o diretor da Agropalma, o Pará é um dos estados brasileiros com melhor vocação para o estabelecimento de cadeias produtivas agroindustriais baseadas em matérias-primas oriundas de culturas perenes, como a palma, o coqueiro-da-bahia, o cupuaçu, o cacau e, mais recentemente, o açaí, dentre muitas outras.

A Agropalma acaba de conquistar o selo EcoSocial do IBD (Instituto Biodinâmico) para sua linha de produtos orgânicos. O certificado atesta, entre outros, o cumprimento de critérios relacionados ao comércio justo e foi desenvolvido com o objetivo de melhorar o desempenho socioambiental de empresas, propriedades rurais e grupos de pequenos produtores, ao mesmo tempo em que busca dar visibilidade aos trabalhos sustentáveis implementados por esses agentes. E a empresa está perto de conseguir a certificação para suas operações com óleo de palma.

É possível produzir de forma sustentável

PARÁ INDUSTRIAL – Uma das polêmicas que se trava hoje em relação ao setor de energia está relacionada à produção de fontes alternativas de energia, como o biodiesel, a partir de fontes como a palma. Há setores que acreditam que a expansão de culturas agrícolas para a produção de biocombustíveis pode incrementar o desmatamento na Amazônia. Qual a sua avaliação a respeito?

MARCELLO BRITO – Infelizmente no Brasil as coisas são feitas pelo avesso. Como os governos não têm demonstrado capacidade de fiscalizar e fazer com que as leis sejam cumpridas, uma parte da sociedade acredita que se não dá para vigiar é melhor então nada fazer. O que se esquecem é que, no caso do óleo de palma, apenas para citar um exemplo entre tantos outros, somente 9% da produção mundial é destinada para biocombustíveis; o grande volume é empregado na indústria alimentícia e outra pequena parte em cosméticos e óleo-química. Este consumo será crescente enquanto for crescente a população mundial, pois óleo vegetal é um nutriente vital para a saúde humana e não há com deixá-lo fora de uma dieta normal. Se não diretamente, indiretamente seu consumo

se dará, pois os óleos e gorduras vegetais estão presentes em um grande número de alimentos industrializados e o óleo de palma é a fonte de caloria mais barata entre todos os óleos vegetais.

O Brasil tem a capacidade de ser o grande fornecedor mundial de óleos, mas como não temos tido a competência de sermos geradores desta riqueza sustentavelmente, novamente aquelas empresas que são honestas, juntamente com toda a população local, paga o preço da desonestidade e da incompetência de gestão, mantendo endêmica a pobreza e a falta de respeito à natureza. O desmatamento ilegal e a degradação ambiental no Brasil são tão somente frutos da corrupção que se tornou sistêmica em setores da sociedade, aliados à falta de visão, educação e comprometimento de parte da população que direta ou indiretamente lida com a Amazônia ou com produtos aqui produzidos.

PARÁ INDUSTRIAL – A Agropalma está perto de conseguir a certificação para suas operações com óleo de palma. O que isso significa para a empresa e para o Pará? ▶



O óleo de palma continuará a ganhar mercado porque é o mais barato em termos de custo de produção, por poder ser utilizado na recuperação de áreas degradadas, por ter o mais alto balanço energético e produtividade por hectare entre todas as oleaginosas, e por ser o mais versátil”

MARCELLO BRITO – É a prova de que dá para fazer respeitando as leis e atuando de forma sustentável. Não há desenvolvimento econômico em lugar algum do mundo que não traga impacto ao meio ambiente, como diz o ditado, “pensou; impactou!”. O fato é a grande novidade é que dá para fazer dentro de normas aceitáveis, decentes, que recupere socioeconomicamente em grande parte o que já foi destruído e trate de preservar ou até conservar ambientalmente o que ainda resta para tal, tudo de um moderno conceito de socioecologia que leva em consideração as condições atuais e futuras do ser humano, e não utopias e dogmas ecológicos de trinta anos atrás. O estado do Pará deveria ser o primeiro a adotar como lei as normas do RSPO (Mesa Redonda Internacional da Palma Sustentável), desta forma seria o primeiro do mundo e estaria mostrando que temos sim áreas degradadas a serem exploradas, mas com normas, leis e obrigatoriedades aprovadas nacional e internacionalmente, auditadas e certificadas por entidades internacionais que tragam credibilidade ao investimento; isto sim seria uma boa notícia para o estado que atualmente anda tão carente de boas novas nas áreas sociais e ambientais.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais os planos de expansão da empresa, tanto na parte de plantio como na industrial? Os produtos a partir da palma têm conquistado mercado? Por quê?

MARCELLO BRITO – Nosso crescimento em termos de expansão agrícola é pequeno quando comparado com empresas de outros países, mas é assim que faremos, pois

a dificuldade em crescer mais rápido dentro da lei no Brasil é muito grande, para nós ou para qualquer outra empresa. Os entraves são de toda a ordem, desde burocráticos, ambientais, políticas fiscais até a total falta de financiamentos específicos etc.

O óleo de palma continuará a ganhar mercado porque é o mais barato em termos de custo de produção, por poder ser utilizado na recuperação de áreas degradadas, por ter o mais alto balanço energético e produtividade por hectare entre todas as oleaginosas, e por ser o mais versátil, sendo utilizado desde na indústria alimentícia até a indústria cosmética, têxtil, óleo-química em geral e etc. Em termos sociais emprega cinquenta vezes mais que a pecuária de corte extensiva e de cinco a sete vezes mais que o cultivo de grãos mecanizado, lembrando-se também tratar-se de uma cultura perene, ou seja, não produz emprego somente na safra, mas durante o ano todo.

PARÁ NEGÓCIOS – Quais são os principais entraves hoje à expansão do agronegócio no Pará, a partir da atividade da Agropalma?

MARCELLO BRITO – São diversos os entraves como já citei anteriormente, mas incluiria também a questão da baixa qualidade ou até da falta de infra-estrutura rodoviária, ferroviária e portuária na região, frutos de décadas de baixíssimo investimento como, aliás, se nota também em todo o resto do país. O maior centro consumidor nacional está a 3.000 km de distância através de péssimas estradas e, para acessar o mercado internacional, os portos da Amazônia brasileira são totalmente obsoletos e extremamente caros, operacionalmente falando, em comparação a outros portos como Suape, em Pernambuco, Paranaguá, no Paraná e Santos, em São Paulo. Ao cliente final somente interessa por quanto ele irá receber o produto; o que está por traz do preço é problema do produtor. O estado precisa se aparelhar muito bem nesta área para atrair novos investimentos, pois se a população regional (consumo) é pequena, as empresas locais neces-

sitam acessar outros mercados de forma a ganhar escala de produção e competitividade.

PARÁ NEGÓCIOS – Como está o programa da empresa na área da agricultura familiar?

MARCELLO BRITO – Atualmente, a empresa possui parceria com 185 produtores familiares, que plantam palma em aproximadamente 10 hectares cada. Os palmares foram implantados em 2002, 2004, 2005 e 2006. Os plantios de 2002 e 2004 já estão produzindo e, no ano de 2007, forneceram cerca de 6.500 toneladas de cachos para a empresa. O rendimento líquido médio desses produtores está na casa dos R\$ 800,00.

PARÁ INDUSTRIAL – Na área ambiental, o que tem sido realizado pela empresa e quais os planos para o futuro?

MARCELLO BRITO – Na área ambiental, dentre outros, podemos citar o Programa de Proteção das Reservas Florestais, que mantém a integridade dos 64 mil hectares de florestas pertencentes ao Grupo Agropalma, e o Programa de Monitoramento de Fauna, que gera informações sobre o status de conservação das populações de aves e mamíferos existentes em nossas reservas. Por meio desse programa foram identificadas 12 espécies ameaçadas de extinção que encontram nas matas da Agropalma um habitat adequado.

Estamos efetuando estudos visando a possível criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN. Para este desafio, contamos com a parceria da ONG Conservação Internacional, que está fazendo os levantamentos ambientais necessários para a escolha da melhor

área a ser destinada à nova unidade de conservação.

PARÁ INDUSTRIAL - Qual o futuro da agroindústria no Pará?

MARCELLO BRITO - O Pará é um dos estados brasileiros com melhor vocação para o estabelecimento de cadeias produtivas agroindustriais baseadas em matérias-primas oriundas de culturas perenes, como a palma, o coqueiro-da-bahia, o cupuaçu, o cacau e, mais recentemente, o açaí, dentre muitas outras. Essas culturas são mais amigáveis em termos sociais ou ambientais que as culturas agrícolas tradicionais, pois conferem estabilidade ao ambiente no qual estão instaladas e absorvem mais mão-de-obra.

Entretanto, a instalação dessas culturas necessita de pesados investimentos e o tempo de retorno do capital é longo, tornando fatores como segurança fundiária, infraestrutura logística, restrições da legislação ambiental e estabilidade do ambiente institucional, imprescindíveis para atrair investidores e para a competitividade do negócio.

No caso da palma, cada ciclo produtivo é de 25 anos ou mais. Logo, o investidor precisa de garantias que ao longo desses 25 anos sua propriedade e sua atividade estarão resguardadas e amparadas pela legislação, o que muitas vezes não acontece. O mesmo princípio é válido para as outras culturas perenes.

Outro aspecto a ser abordado é a sensibilidade do consumidor aos produtos oriundos da região amazônica. Principalmente para as cadeias que pretendem exportar, é importante a comprovação de que o processo produtivo não causou prejuízos desnecessários ao meio ambiente.

Considerando que o Estado do Pará irá manter e ampliar os esforços para a melhoria da infra-estrutura logística, para o geo-referenciamento das propriedades rurais (segurança fundiária) e que serão mantidos os esforços de adequação ambiental dos empreendimentos agrícolas, a agroindústria paraense tem grande potencial para se tornar uma das principais fornecedoras de produtos alimentícios acabados, com elevado valor agregado, do Brasil. x



Considerando que o Pará irá manter e ampliar os esforços para a melhoria da infra-estrutura logística, a agroindústria paraense tem grande potencial para se tornar uma das principais fornecedoras de produtos alimentícios acabados, com elevado valor agregado, no Brasil



Um plano para a água

A FIEPA está muito preocupada com a definição de uma política estadual dos recursos hídricos, de modo que ela não seja protecionista, mas que beneficie a todos, inclusive a indústria

Nada substitui o prazer de matar a sede com um copo d'água. Ou então, de tomar um banho após um dia quente e estressante. Ainda mais na região amazônica, onde a paisagem que encanta turistas e moradores são os mais diversos rios de água doce, que transportam e alimentam com suas variedades de peixes. Porém, os avanços da modernidade e da tecnologia, além da cultura do desperdício, não trazem boas perspectivas para a manutenção dos recursos hídricos. E mesmo o Brasil, que tem uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, pode não escapar da futura escassez de água.

Por isso, o Governo Federal elaborou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que definiu a criação de Conselhos Estaduais da área. Eles congregam representantes de vários segmentos responsáveis por discutir uma legislação sobre a utilidade da água e o cadastramento dos usuários de acordo com a região hidrográfica de cada estado brasileiro. A partir daí serão formados comitês de bacia com o objetivo de desenvolver ou administrar a política estadual.

Segundo Luiz Augusto Moura, assessor da FIEPA e representante da entidade no Conselho, o Plano Estadual

dos Recursos Hídricos do Pará deverá ficar pronto em três anos. Os trabalhos começaram em 2007. “A Fiepa está muito preocupada com a definição dessa política, de modo que ela não seja protecionista e sim que proporcione melhores condições de trabalho e beneficie a todos, inclusive a indústria”, destaca.

O Brasil tem o segundo maior per capita de água no mundo, com 12 regiões hidrográficas. O Pará faz parte de três: a Araguaia-Tocantins, o Atlântico Nordeste e a Bacia Amazônica. Cada uma tem uma característica ou vocação para utilização da água ligada, principalmente, ao setor produtivo. “Em Carajás, a vocação é a mineração. Portanto, a política dessa bacia estará voltada para como esse segmento vai usar o recurso hídrico. Em Tucuruí, é a hidroelétrica. No Xingu, a pesca”, exemplifica. Também há usos específicos na agricultura, voltados para a irrigação, e na pecuária.

Moura acrescenta que um dos pontos importantes da discussão é a outorga, ou seja, o direito de utilização da água. “A finalidade de cada uma das empresas que a solicitarem deve ser levada em consideração como um dos parâmetros para o licenciamento sobre o tipo de

uso”, explica. Essa outorga vai gerar uma cobrança que será definida pela falta ou pela abundância de água em cada região do Brasil. “Na Amazônia, na maior parte das vezes é a abundância”, aponta. A utilização da água subterrânea, obtida pelos poços artesianos, também entrará no sistema do licenciamento, pois é algo ainda não regulamentado. “Não há nenhum monitoramento das reais possibilidades em águas subterrâneas”.

O tratamento dos efluentes industriais, que podem degenerar os recursos hídricos, é outra preocupação da FIEPA, discutida não só nas reuniões de elaboração do Plano Estadual, mas no próprio Conselho Permanente de Meio Ambiente da entidade. “A indústria tem que tomar cuidado, ela se esforça para isso, de lançar um produto final ou um dejetos final mais limpo possível de volta ao curso d’água”, diz Moura.

Na visão de Moura, a captação da água da chuva é vista pelo Plano Nacional como uma alternativa de reaproveitamento. Porém, essa possibilidade deverá ser adaptada para a Amazônia, pois, diferente do Nordeste, o Norte tem largos períodos chuvosos. E onde existe muita oferta do recurso, o seu uso poderá causar danos caso não seja bem administrado. “Ao usar a água da chuva para lavar o pátio de uma indústria, por exemplo, alguma coisa será lançada no curso d’água; então, para isso, também é preciso tomar cuidado para o grau de limpidez que ela deve ter”, alerta.

A Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) é um dos membros do Conselho. “Em escala mundial, o setor de saneamento é o segundo usuário de recursos hídricos, o primeiro é a agricultura irrigada em países onde é mais desenvolvida”, explica o presidente do órgão, Eduardo Ribeiro Júnior. Para ele, nessa seqüência, a área energética também deve entrar na lista de grandes consumidores de água. Por isso, concorda que a regulação é fundamental para ordenamento do uso por todos os setores econômicos e a própria população, que precisam da preservação dos recursos hídricos para sobreviverem.

A forma de captação da Companhia é feita por meio de mananciais superficiais (rios e lagos) ou subterrâneos, de onde a água vem dos poços artesianos. “Todos eles estarão incluídos na regulação”, afirma. Hoje, o consumo médio na Região Metropolitana de Belém é de 18.000 litros de água por mês.

Segundo Eduardo, a Cosanpa terá dois papéis como usuária no Conselho: por obter água nesses mananciais e, como os serviços de Sistema Coletivo de Esgoto poderão se expandir no Estado como projetos oriundos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a Cosanpa também será depositora final de esgoto em corpos hídricos. “A meta é fazer esse esgoto ser todo tratado. Em Belém, vamos dar um grande passo para isso com a Estação de



LUIZ AUGUSTO MOURA, ASASSOR DA FIEPA, ACREDITA QUE O PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO PARÁ DEVERÁ FICAR PRONTO EM TRÊS ANOS. OS TRABALHOS COMEÇARAM EM 2007

Tratamento do Una”, garante. O objetivo da Estação é tratar o esgoto depositado na Baía do Guajará. A obra deve ser concluída em dois anos.

A curto prazo, diz Eduardo, a Cosanpa promove o uso racional da água com a instalação de hidrômetros, aparelho medidor do consumo, em residências onde o uso era cobrado por taxas. “O desperdício da água pela população afeta profundamente nosso equilíbrio econômico e financeiro”, aponta. Dos 400 mil clientes em todo o Estado, 120 mil têm medição efetiva. “Quem tem uma tarifa estimada geralmente consome mais do que a estimativa. E 70% das perdas da Companhia são decorrentes disso”, completa.

O órgão pretende instalar mais de 90 mil hidrômetros na Região Metropolitana de Belém até o final de 2010, o que representa uma medição efetiva de 80% das residências consumidoras. Alguns dos maiores municípios do interior, como Marabá, Castanhal, Santarém e Altamira, também estarão incluídos, por meio de recursos do PAC. “O hidrômetro também proporciona a tarifa justa. As pessoas pagam pela água que efetivamente consomem”.

Na visão de Eduardo, os hábitos culturais da região, em todas as classes sociais, influenciam no desperdício da água. “De um modo geral, as pessoas que vivem nas margens do rio Amazonas dificilmente acreditam que a água é um bem finito”. De acordo com ele, para prevenir a persistência desse pensamento, a Cosanpa tem um projeto de educação ambiental e sanitária que deve atingir as escolas com a ajuda de panfletos informativos e vídeos. “Vamos trabalhar com a nova geração, que vai estar no comando daqui a 20 ou 30 anos”, finaliza.

Captção de água/Exemplos

A captação de água da chuva é considerada uma das formas mais viáveis de aproveitamento dos recursos hídricos. Por isso, é um item sonhado e executado por empresas de grande e pequeno porte. A prática também pode virar lei por meio de um projeto de autoria do ►

Mais saúde e qualidade de vida

A Sotreq S.A., empresa fornecedora de máquinas pesadas para a indústria, montou uma Estação de Tratamento de Esgoto Industrial na filial de Belém. Segundo o coordenador administrativo e financeiro da Sotreq, Paulo Braga, a empresa sempre esteve atenta à conservação do meio ambiente. “A Estação de Tratamento de Esgoto Industrial foi apenas um dos passos para a construção desta consciência ambiental, tendo em vista que é necessário o envolvimento de todos os funcionários. À medida que a empresa cresce também aumenta a proteção ao ambiente”.

O processo implantado na Sotreq consiste na canalização dos efluentes industriais para uma estação, onde são previamente tratados antes de entrar na rede pública de esgoto. “O sistema é composto basicamente por bacias, onde a água é separada do óleo por decantação e filtragem, depois a água é lançada no esgoto e o óleo é colhido por uma empresa terceirizada”, explica Braga. Para garantir a qualidade da água devolvida ao meio ambiente, há um controle mensal mediante envio de amostra para laboratório.

O coordenador destaca ainda que os benefícios da Estação de Tratamento são inúmeros e não se limitam à empresa. “As medidas garantem mais saúde e qualidade de vida, porque uma simples gota de óleo é capaz de contaminar milhares de litros de água. Essa é uma preocupação que infelizmente nem todas as pessoas têm, ao despejarem óleos ou produtos similares nas valas ou vias públicas”, observou.



deputado Júnior Ferrari (PTB), que prevê a instalação de caixas d'água com tampas parcialmente removíveis em casas e prédios, tanto públicos, quanto particulares.

Segundo a proposta, as caixas d'água serão instaladas pelo Estado, por meio de secretarias competentes, além de convênios com os municípios e iniciativa privada. Também sugere a adaptação de calhas e outros condutores da água até os reservatórios.

A principal vantagem desse reaproveitamento é o uso dos recursos hídricos em atividades que dispensam a água tratada: descargas de vaso sanitário, limpeza de pisos e calçadas e irrigação de plantas. O projeto de lei ainda precisa passar por uma análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por votação em plenário. Caso seja aprovado, poderá ser sancionado pelo Governo do Estado.

Enquanto a possível ampliação ainda precisa ser transformada em lei, algumas empresas se planejam para fazer a captação de águas pluviais. Uma delas é a Clean Gestão Ambiental, empresa cadastrada no Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), da FIEPA, que realiza coleta, transporte e incineração (queima) de resíduos.

O programa elaborado pela Clean pretende reaproveitar a água da chuva para o uso industrial. Ou seja, depois de usada, será processada em uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) para então ser lançada ao meio ambiente. A captação será feita nos telhados dos galpões das áreas operacionais da empresa e conduzida por canos direcionados para um reservatório próximo da área de utilização da água.

Segundo o gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da empresa, Valter Maradei, a implantação chegará não só a Belém, mas também às unidades de Parauapebas e Santarém. Uma das utilidades da água será para a lavagem dos veículos. Para ele, o principal objetivo é a proteção do meio ambiente, pois vai diminuir a captação de águas subterrâneas atualmente usadas pela Clean. “Além da economia de energia que seria necessário para o bombeamento dos poços artesianos”, completa.

Unido ao projeto, a empresa também mantém programas de educação ambiental, onde funcionários são alguns dos públicos-alvo. “A conscientização dos colaboradores contribui para a redução do consumo de águas nas atividades da empresa e domésticas”, conclui.



Um projeto semelhante ao da Clean já é uma realidade na Vale. O aproveitamento da água da chuva é voltada para a limpar equipamentos da Oficina de Manutenção Ecologicamente Correta em Carajás, geralmente sujos de óleo. A água passa por uma calha de captação e vai para um reservatório. De lá, chega às tubulações dos canhões de limpeza. Depois, a água passa por um processo de decantação que a separa desse óleo para ser descartada de forma ecologicamente correta na natureza.

O projeto inicial já previa o processo de separação da água e do óleo. Mas como os procedimentos da empresa exigiam a lavagem dos equipamentos antes de qualquer tipo de manutenção, foi constatado que a demanda de água seria grande.

Com a captação, de acordo com o engenheiro de manutenção Edson Côrrea, do Departamento de Manutenção e Infra-estrutura de Oficinas da Vale, o projeto chega a economizar 400 mil litros de água por dia. “Aproveitamos toda a água de chuva que seria jogada fora sem qualquer utilização, além da consciência ecológica, com a racionalização dos recursos hídricos”, afirma. ■



DICAS DE ECONOMIA DE ÁGUA

Mantenha a torneira fechada enquanto estiver lavando a louça.

Acumule a roupa suja e lave de uma só vez.

Deixe a torneira fechada enquanto ensaboa e esfrega as roupas.

Diminua o número de vezes e o tempo de duração das lavagens do seu carro. Em dia de chuva, basta enxugá-lo. Lave-o com balde ou bacia.

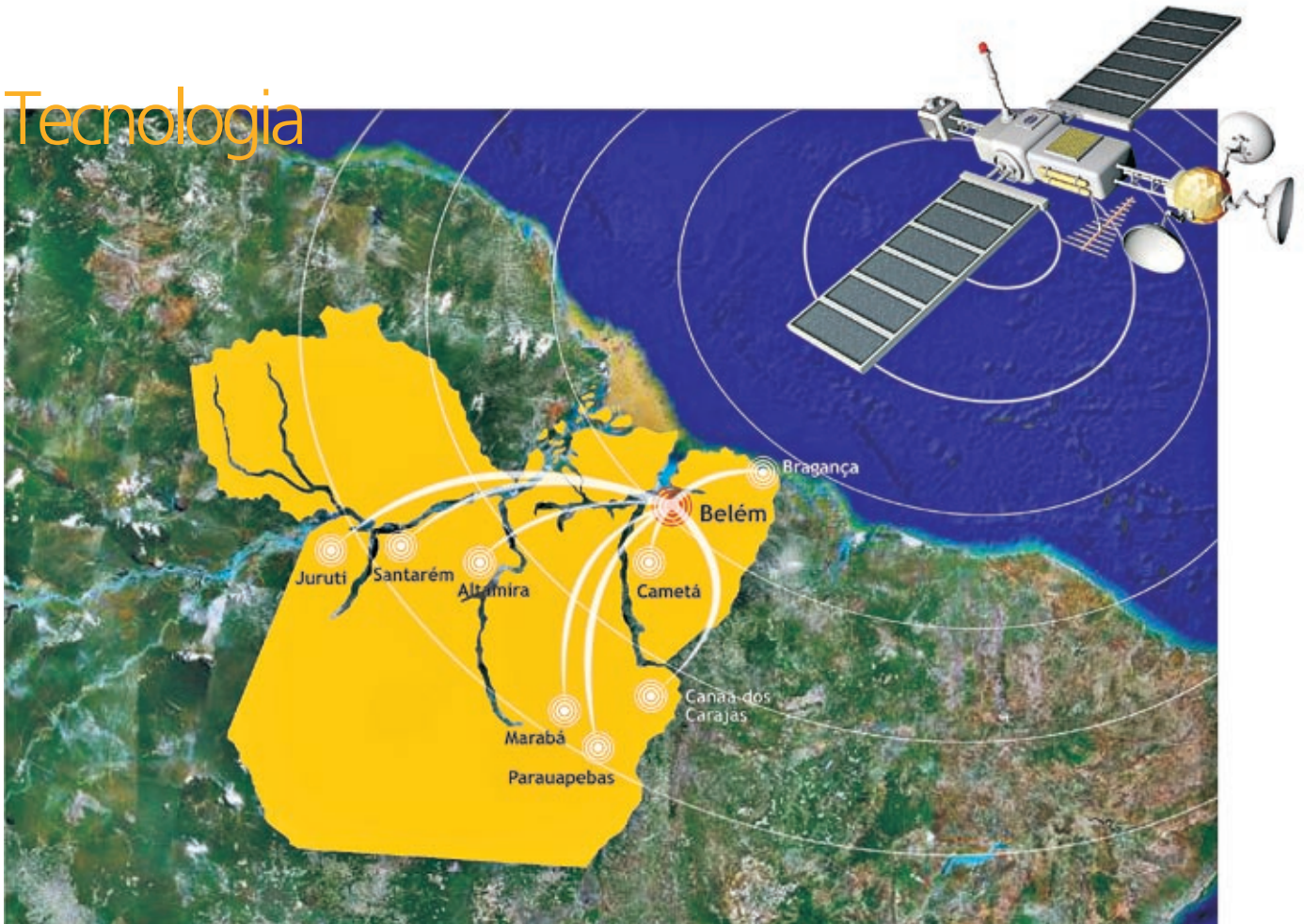
Diminua o tempo de descargas. Regule periodicamente a válvula de descarga do seu banheiro.

Evite banhos muito longos. Ensaboe-se com o chuveiro fechado.

Use o regador quando for aguar as plantas.

Conserte os vazamentos.

Não deixe a torneira pingando.



Informações em tempo real no SENAI do Pará

Instituição vai investir mais de R\$ 441 mil para interligar 14 Centros de Educação Profissional existentes em 11 municípios paraenses, com tecnologia de ponta

Garantir o envio e recepção de informações em tempo real com todas as unidades espalhadas pelo Pará. Este é um dos objetivos da Interligação Via Satélite que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Pará está implantando no Estado. A instituição vai investir mais de R\$ 441 mil para interligar seus 14 Centros de Educação Profissional (CEP) existentes em 11 municípios paraenses. Até o final de 2009 este número vai aumentar para 17 unidades, em 14 municípios, que também estarão conectados via satélite.

Tudo isso é para promover a educação profissional e elevar a competitividade da indústria do Estado do Pará e do país. Para garantir a interligação, o SENAI está usando tecnologia de ponta. O sistema será gerenciado por um servidor, instalado na sede do serviço, em Belém, e



• **José Olimpio Bastos, superintendente regional do SESI: programa contribui para melhorar a qualificação**

terá conexões com as estações base nas unidades de Cametá, Marabá, Santarém, Altamira, Bragança, Juruti, Canaã dos Carajás e Parauapebas”. “Esse projeto já é antigo e conseguimos tirá-lo do papel. Ele é muito importante para que todas as unidades ligadas ao Sistema de Gerenciamento Escolar do Senai consigam

transmitir e receber informações em tempo real, garantindo assim a agilidade de todo o processo burocrático, essencial para a organização do sistema”, afirma Antônio Cosme, assessor de informática do setor de Suporte à Tecnologia da Informação do Senai, em Belém

Com o sistema via satélite, as unidades do



Senai espalhadas pelo interior do Pará vão poder atualizar informações referentes às matrículas, ofertas de cursos, período de inscrições e outros trâmites administrativos. “Com essa inovação, vamos melhorar não só o atendimento aos nossos alunos, mas também às empresas que são parceiras ou que estejam procurando os serviços ofertados pelo Senai. Com o novo sistema também vamos poder mensurar o grau de produtividade de todas as unidades e perceber melhor suas necessidades”, explica Lúcia Peres, diretora de Educação e Tecnologia do Senai.

A empresa responsável pela implantação do sistema é a Comsat, que fornece serviços e soluções em telecomunicações. Ela atua em 170 países, incluindo o Brasil. Para tentar reduzir a chance de falhas no envio e recebimento de dados, o setor de tecnologia e informação do SENAI criou uma espécie de “rede privada virtual”, mais conhecida como VPN (Virtual Private Network), normalmente utilizada por empresas e instituições para garantir o sigilo de informações, mesmo quando se trabalha em um espaço “público” na internet.

“É como se estivéssemos filtrando apenas as informações que interessam ao SENAI”, explica Antônio. Justamente para assegurar o sigilo de informações do sistema, foram criados códigos ou “criptografias” de segurança, que fornecem a confidencialidade e autenticação dos dados do

• **O Sistema Fiepa também está investindo na inclusão digital de seus colaboradores e entregou 112 notebooks**

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado.

“O SENAI sempre está em busca de inovações. Tudo para garantir qualidade, celeridade e produtividade aos clientes, empresas, alunos, governo e sociedade de uma forma geral. Temos sempre que buscar aprimorar nossas ferramentas e esse é mais um passo em busca da excelência e qualificação dos serviços ofertados pela instituição à sociedade paraense”, afirma Gerson Peres – diretor regional do SENAI no Pará.

A inovação foi recebida com muita alegria pelos diretores que atuam longe da capital, sobretudo onde o acesso à internet ainda é arcaico. É o caso de Cametá, na região do Baixo Tocantins. Segundo o diretor do Centro de Educação Profissional da cidade, Benedito Antônio Gaia Peres, para acessar a internet no município espera-se, pelo menos, 20 minutos para a descarga da linha, tempo considerado uma eternidade para quem lida com tecnologia de ponta. Agora, com a implantação da interligação via satélite, a expectativa é agilizar as conexões com a rede mundial de computadores em menor espaço de tempo. “Com esse novo sistema tudo vai melhorar e vamos poder dar informações mais ágeis, não só aos nossos alunos, mas também manter a sede com dados atualizados sobre o funcionamento da unidade”, explica.

Ao longo de mais de meio século de história, o SENAI tem buscado a excelência no atendimento aos seus clientes, principalmente alunos e empresas. Por isso, em 2007 conquistou a Certificação ISO 9001/2000. No ano passado, qualificou 24.000 profissionais. A meta para 2010 é aumentar esse número para 112.212. ▶



• **Gerson Peres, diretor regional do SENAI: o Pará precisa de profissionais bem formados e capazes de acompanhar as mudanças**

Sistema Federação das Indústrias do Pará investe na Inclusão Digital

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) também está investindo na inclusão digital de seus colaboradores e entregou 112 notebooks aos professores e instrutores do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Pará. A ação, inédita no Estado, faz parte do Programa Inclusão Digital para Todos, do Programa Educação para Nova Indústria, que vai investir mais de R\$ 170 milhões no Estado em educação básica e profissional até 2010.

O presidente da FIEPA, José Conrado Santos, destaca que o Programa Educação para Nova Indústria foi criado para aperfeiçoar e adequar o Sistema à nova maneira de educar. “Por meio do SESI e do SENAI vamos tornar a educação mais ágil e dinâmica, dando aos professores das unidades dos dois serviços uma ferramenta capaz de ajudá-los a melhorar o sistema educacional com o uso da tecnologia, buscar modelos de ensino inovador, instigar a criatividade de todos que trabalham no Sistema FIEPA”, explica Conrado.

A entrega de 112 notebook’s, sendo 49 para o SESI e 63 para o SENAI, faz parte da primeira etapa do Programa Inclusão Digital para Todos, criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com as federações estaduais. A meta é ampliar o acesso à tecnologia para educadores e técnicos das unidades operacionais do Sistema Indústria em todo o País. Ao todo, serão distribuídos 10 mil computadores portáteis em 21 Estados.

Segundo o diretor regional do SENAI, Ger-son Peres, este é o primeiro passo para o Sistema



• **Antônio Cosme, assessor de informática do Suporte à Tecnologia da Informação do SENAI, em Belém: projeto importante**

FIEPA melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores das indústrias do Estado. “O Pará precisa de profissionais bem formados e capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas e os novos métodos de produção. Com os notebooks, nossos instrutores terão mais uma ferramenta para potencializar o desenvolvimento do seu trabalho”, destaca Peres.

José Olímpio Bastos, superintendente regional do SESI, afirma que o Programa será fundamental para a motivação dos professores e instrutores do SESI e do SENAI. “Com esta inclusão digital, estamos contribuindo para melhorar a qualificação dos nossos profissionais, e esta melhora vai refletir no nível dos alunos que no futuro estarão trabalhando no setor produtivo”, avalia Olímpio.

O Programa Inclusão Digital para Todos é uma das ações do Programa Educação para Nova Indústria, lançado nacionalmente pelo presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, no ano passado. O programa prevê investimentos de R\$ 10,5 bilhões até 2010 em todo o país. No Pará, o programa vai contemplar as áreas de educação básica e profissional, capacitação dos professores e a elevação da escolaridade dos trabalhadores da indústria, incorporação de novas tecnologias e modernização da infra-estrutura das escolas do SESI e do SENAI.

Nos próximos três anos a intenção é garantir que 9,1 milhões de trabalhadores sejam matriculados em cursos profissionalizantes e 7,1 milhões de alunos sejam matriculados na educação básica e continuada. Um incremento de 25% e 40% na oferta de vagas, respectivamente. Outro desafio é ampliar em 40% as matrículas nas escolas de tempo integral. “Queremos que o trabalhador da indústria seja cada vez mais qualificado. Com isso, teremos maior produtividade e a valorização dos nossos profissionais”, acrescenta José Conrado. ■

USO DA INTERNET NAS EMPRESAS

O alto investimento das corporações para evitar que seus arquivos confidenciais sejam violados ou infectados com vírus também pode levar a gerência a monitorar os computadores usados por cada empregado

Para algumas pessoas é difícil admitir que a internet usada no local de trabalho não é para ver o orkut o tempo todo ou conversar no bate-papo do messenger, skype e do gmail. Por isso, várias empresas bloqueiam o uso de sites de entretenimento. São muitos os argumentos. Os principais estão ligados à possível queda na produtividade dos empregados e na segurança dos programas e computadores corporativos contra possíveis vírus.

Para o chefe de Tecnologia e Informática da FIEPA, Markus Alves, o uso desses sites pode estar ligado com a dependência tecnológica de alguns profissionais, principalmente aqueles que trabalham além da conta, os chamados workholics. Unido a isso, entra a importância das empresas se inserirem na era tecnológica. “Há algum tempo, as redes corporativas eram capazes de trocar arquivos e trabalhos de impressão. Hoje, visam maximizar produtividade, lucros, derrubar barreiras e distâncias”, completa.

Outro ponto importante é o valor alto que uma empresa paga pelos serviços de banda larga, que no Brasil é considerado um dos mais caros da América Latina. O mau uso pode provocar prejuízos. “Esses sites costumam ‘roubar’ o tempo do usuário. Os assuntos tratados são, na maioria das vezes, pessoais”.

Mas a tecnologia do bloqueio usada pela empresa, por meio principalmente de programas como os firewalls, pode não ser suficiente para evitar o acesso. Há situações em que os empregados usam sites desconhecidos pelo controle da equipe de TI para entrarem no orkut ou no msn. Markus acredita que esse tipo de atitude pode ser uma consequência da falta de uma política de uso

dos recursos computacionais. “Os dirigentes e usuários deveriam ter um acordo ético para esse uso. Em caso de descumprimento, haveria punição”. A política regulamentaria a segurança, os sistemas corporativos, softwares de terceiros, equipamentos, horários e outros pontos relevantes para o bom funcionamento da empresa.

O alto investimento das corporações para evitar que seus arquivos confidenciais sejam violados ou infectados com vírus também pode levar a gerência a monitorar os computadores usados por cada empregado. De acordo com Markus, esse é um direito da empresa. Aí entra a polêmica da invasão de privacidade. “Na política de segurança deve ficar claro o que a empresa permite ou não”. Ele exemplifica. “Se o funcionário pode ter acesso ao seu e-mail pessoal na dependência da empresa, o monitoramento não deve ocorrer pois iria ferir a privacidade. Caso contrário, quando só o e-mail corporativo pode ser usado, o conteúdo das mensagens é de interesse da empresa”.

Para a diretora da Gestor RH, Nara Abdon, essa educação para o uso racional da internet nas empresas é uma tarefa árdua. “Não podemos abrir mão destas ferramentas de comunicação. Os desafios do mundo corporativo e sua necessidade de agilidade nos processos necessitam de ferramentas que possibilitem o nível de resposta pedido”, explica.

Na visão de Nara, a opção pelo bloqueio deve sempre ser analisada pela empresa com a ajuda de levantamentos internos pois as ferramentas, além de serem fortes facilitadoras do processo de comunicação, não possuem custo direto agregado, como o telefone, por exemplo. “As empresas também economizam tempo, a medida que os profissionais podem trocar informações em tempo real”.

Ela admite que se não houver um controle, a produtividade pode realmente ficar prejudicada. “As pessoas estabelecem um canal de comunicação tão fácil de ser utilizado que não percebem quanto de seu tempo produtivo se perde respondendo, perguntando ou vendo desenhos”, completa. Ela lembra que o recebimento de alguns e-mails também podem contribuir para isso. “Há pessoas que possuem o hábito de enviar inúmeras correntes e apresentações em ppt que em nada contribuem para o dia-a-dia do trabalho”, finaliza. ■



Conhecer, integrar e desenvolver

Encontro da Indústria reúne sindicatos filiados à Federação para discutir entraves e soluções do setor produtivo através das ações do Sistema FIEPA



Durante um dia inteiro, cerca de quarenta diretores, empresários e presidentes de sindicatos ligados ao Sistema FIEPA estiveram reunidos em Salinópolis, no nordeste do Pará, durante o II Encontro Estadual da Indústria. No encontro, realizado em maio, foi discutida maior integração entre os 36 sindicatos filiados à Federação das Indústrias, os entraves e possíveis soluções do setor produtivo no Estado.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB), também diretor da FIEPA e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), foi um dos convidados do encontro e defendeu uma maior participação de empresários e parlamentares na defesa dos interesses do setor produtivo do Estado.

Flexa afirmou aos empresários que é preciso uma consciência para garantir de forma unida a defesa de ações importantes para o Estado. “A Amazônia hoje é foco de cobiça internacional e isso é falado há muitas décadas. É preciso discutir a região dentro da própria Amazônia, pelos brasileiros. Todos os setores defendem o desenvolvimento sustentável. Ninguém quer desmatamento. Isso tem que ser deixado claro, para encontrarmos soluções que possam realizar de forma efetiva o desenvolvimento com equilíbrio e uso sustentável da floresta”, disse Flexa Ribeiro.

Durante o encontro, os representantes de sindicatos puderam apresentar as ações de cada setor da indústria. “Acredito que o debate serviu principalmente para gerar um maior sentimento de otimismo e união dos diferentes setores. Os entraves são parecidos e, se trabalharmos juntos, teremos mais força para resolver alguns problemas. Foi estimulante ver o entusiasmo e envolvimento de todos no Encontro”, avaliou José Conrado Santos, presidente da FIEPA.

“A escolha do local do evento foi acertada, pois os empresários e presidentes de sindicatos puderam focar as atenções apenas para o que era debatido durante as reuniões de trabalho. Isso foi fundamental para o sucesso do encontro, pois garantiu um comprometimento e envolvimento de todos”, argumentou Sidney Rosa, primeiro vice-presidente da FIEPA.

Entre os problemas em comum enfrentados por diferentes sindicatos está a questão da lentidão para liberar licenças ambientais. “É preciso estimular quem produz de forma correta. Precisamos buscar junto com o governo uma agenda positiva, onde exista um modelo de sustentabilidade, que é o que os empresários também querem. Nós denunciemos as ações predatórias, pois precisamos de um clima de negócios favorável e maior agilidade para fazer o reflorestamento e outras ações. De nós é exigido uma velocidade para atender ao mercado e não vale como desculpa dizer ao cliente que o governo não liberou a licença ambiental. Ele vai procurar o produto em outro lugar, em outro país e o Pará perde a chance de gerar renda, mais emprego e negócios”, apontou Justiniano Netto, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA.

Como uma das soluções para garantir desenvolvimento ao setor produtivo paraense, os empresários defenderam maior representatividade através dos sindicatos. A ideia é garantir maior articulação e cooperação entre as empresas. “Hoje, percebemos que é possível gerar uma espécie de consórcio entre as empresas de confecção para tentar atender as demandas dos grandes projetos instalados no Estado, principalmente na área de uniformes”, disse Rita de Cássia, do Sindusroupas.



RITA DE CÁSSIA

“Hoje, percebemos que é possível gerar uma espécie de consórcio entre as empresas de confecção para tentar atender as demandas dos grandes projetos instalados no Estado.”



MANOEL PEREIRA.

“Muitas indústrias possuem o mesmo problema e devem atuar em conjunto para solucionar as dificuldades. Promover essa integração é o maior desafio hoje e o encontro com certeza ajudou nesse sentido.”



IVANILDO PONTES

“O encontro serviu como base para discutirmos as ações do Sistema. Os empresários puderam perceber todo o trabalho que desenvolvemos em educação básica e profissional, além de representatividade dos diferentes segmentos que compõem a indústria.”

Para Manoel Pereira dos Santos, do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará), somente com maior representatividade o setor poderá garantir mais condições para a construção civil, principal geradora de empregos na Grande Belém. “Muitas indústrias possuem o mesmo problema e devem atuar em conjunto para solucionar as dificuldades. Promover essa integração é o maior desafio hoje e o encontro com certeza ajudou nesse sentido”, afirma Manoel Pereira.

Sindicatos elogiam ações

O coordenador do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), David Leal, destacou que o encontro serviu também para alertar as empresas paraenses da necessidade de maior união para firmar parcerias. “Temos a previsão de investimentos acima de 20 bilhões de dólares apenas pela Vale, isso sem citar de outras empresas e setores. Para atender essa demanda e internalizar ao máximo esses recursos, é preciso que as empresas paraenses estejam prontas. E a parceria é fundamental nesse sentido”, destaca Leal.

O coordenador também elogiou a iniciativa, pois está dentro do previsto pelo Planejamento Estratégico da

FIEPA até 2010 a interação entre os sindicatos. “Muita coisa que foi apresentada era desconhecida pelos próprios sindicatos e houve um nivelamento geral das ações desenvolvidas pelos órgãos e pelos próprios sindicatos. Agora, o objetivo deve ser o de fortalecer cada vez mais essa aproximação e entrosamento do Sistema”, explicou David Leal.

Nesse sentido, para o presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria dos Estados do Pará e Amapá (Sippa), Elias Pedrosa, a apresentação das ações do SESI (Serviço Social da Indústria) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foram importantes para que os sindicatos pudessem conhecer melhor como o Sistema pode gerar maior desenvolvimento da indústria paraense.

“O Sistema possui as ferramentas que auxiliam o desenvolvimento dos Sindicatos. E estas ferramentas foram apresentadas durante o encontro. Certamente com as conversas que tivemos, acreditamos que os problemas serão mais facilmente enfrentados e as soluções muito mais fáceis de serem encontradas”, apontou Elias.

Ainda durante a programação, o diretor regional do SENAI, Gerson Peres, apresentou números de treinamentos e a atuação da entidade no Estado, presente em 13 municípios paraenses. Somente em 2007, a entidade qualificou quase 25 mil trabalhadores da indústria. O superintendente regional do Sesi, José Olímpio Bastos, aproveitou o encontro para ressaltar a forte parceria entre a entidade e as empresas, o que garante ações em diversas áreas sociais para os colaboradores e a indústria. Entre elas o PSQT (Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho), que encerra as inscrições no dia 13 de junho.

O Encontro contou ainda com explicação do assessor jurídico Eduardo Klautau sobre a proposta das classes empresariais ao projeto de incentivos fiscais do Governo do Estado, que será enviado à Assembléia Legislativa. Na parte final da reunião de trabalho, a analista Suzana Squeff Peixoto, da Unidade de Competitividade Industrial (Compi) da CNI, explicou os processos que podem facilitar recursos para projetos desenvolvidos pelo Sistema e pelos próprios sindicatos, através da Federação, de apoio à pequenas e micro empresas.

“O encontro serviu como base para discutirmos as ações do Sistema. Os empresários puderam perceber todo o trabalho que desenvolvemos em educação básica e profissional, além de representatividade dos diferentes segmentos que compõem a indústria”, afirma Ivanildo Pontes, coordenador do encontro, ao citar o programa Educação para a Nova Indústria, já lançado pela Fiepa e que prevê investimentos de R\$ 170 milhões no Pará até 2010. ■



Japão

Cheios de sonhos e projetos, os japoneses implantaram, no coração da Amazônia, as lavouras da pimenta-do-reino e da juta e conquistaram destaque em vários setores, inclusive na indústria

NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

Da terra do sol nascente para a exuberante floresta amazônica. De jeito tímido, sorriso fácil, olhos puxadinhos, quase imperceptíveis, eles se instalaram em Tomé-Açu, no nordeste do Pará, onde formaram a terceira maior colônia do Brasil. Os japoneses e seus descendentes chegaram à Amazônia em 1929 a bordo do navio Hawaii Maru. Eles deixaram sua terra natal incentivados pelo próprio governo japonês, em busca de uma vida melhor. Cheios de sonhos e projetos implantaram aqui, no coração da Amazônia, a lavoura de pimenta-do-reino e da juta, conquistaram destaque na indústria, na culinária e são fontes de inspiração na revolução tecnológica no mundo.

Na verdade, a imigração japonesa na Amazônia, que no próximo ano vai completar 80 anos, está associada com a introdução da juta e da pimenta-do-reino e mostrou a primeira tentativa do capital japonês em tirar proveito dos recursos naturais antes da II Guerra Mundial. Para se ter uma idéia da importância das duas culturas para a região, a pimenta chegou a representar mais de 35% do valor das exportações do Pará na década de 1970. Tomé-Açu se transformou no maior produtor mundial da especiaria após

a Segunda Grande Guerra. Na década de 1960, a juta respondia por um terço do PIB (Produto Interno Bruto) do Amazonas, mas aos poucos foi perdendo sua importância, até praticamente desaparecer na atualidade.

Muito da história dos primeiros imigrantes japoneses está guardada em um museu, na sede da Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu, em Quatro Bocas. O acervo reúne fotos, ferramentas usadas na lavoura, uma réplica da embarcação e outros objetos. “É uma forma de contar a história dos nossos antepassados para as novas gerações. Eles foram corajosos e merecem nosso respeito e admiração”, explica Getúlio Sasaki, gerente do museu.

De fato, os primeiros japoneses foram corajosos. Imbuídos da vontade de vencer em outro país totalmente diferente, tanto nas características culturais quanto climáticas, eles enfrentaram as mais complexas adversidades da língua, dos costumes, da cultura, da fauna e da flora amazônica para começar uma vida do zero. A única certeza que tinham era que teriam um pedaço de terra para plantar e foi justamente no cultivo de hortaliças e arroz que a colônia japonesa começou a florescer.

“Foi um começo difícil. Tinha vezes que só tínhamos o arroz para comer”, lembra Hiroshi Hosokawa, 79, mais conhecido como seu César. Um japonês simpático que chegou à Amazônia quando tinha quatro anos de idade. Seu pai, Etesu Jiro e sua mãe Koyo Hosokawa vieram para a região trazendo seus sete filhos. Ele conta ainda que na época a dificuldade de comunicação era



Seu César, na foto com sua família, veio para a Amazônia com apenas quatro anos de idade; Getúlio Sazaki e uma peça do museu em Tomé-Açu; e Ivan Saiki e alguns dos produtos da Camta

o grande desafio. “Não sabíamos falar o português, até hoje tem palavras que não sei falar. É mais fácil falar o japonês do que o português”, explica rindo.

Os japoneses amazônicos, mesmo longe de sua terra natal, não esqueceram suas tradições.

Uma que é mantida até hoje é retirar os sapatos antes de entrar em uma casa.

“Isso não muda nunca. Outra coisa também que não muda é a educação rígida. Ter disciplina é fundamental para ser uma pessoa digna e que respeite o seu próximo” afirma Kendi Kishi, sobrinho de seu César.

Na época, os primeiros japoneses foram verdadeiros guerreiros. Fizeram da agricultura o carro chefe de sua sobrevivência. Mas outra vez a coragem e determinação dos japoneses foram testadas. Como escoar a produção sem estradas e sem estrutura portuária? “Ainda hoje enfrentamos dificuldade em escoar a produção. Já tivemos que resgatar um carregamento inteiro por problemas na estrada. Imagine naquela época, que era tudo floresta”, afirma Ivan Hitoshi Saiki, diretor gerente da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta)



Matéria de capa

Com perseverança e muita dedicação ao trabalho, os japoneses foram conquistando seu espaço e mostrando seu potencial. Foram eles os responsáveis pela introdução de hortaliças na alimentação paraense. Sem falar em tantos e outros hábitos, como comer sushi e saladas e sopas e chás. Hábitos que continuam e já foram incorporados à cultura brasileira e à culinária paraense.

Segundo Alfredo Homma, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental que tem um livro sobre a Imigração Japonesa na Amazônia, os imigrantes japoneses trouxeram as primeiras sementes de pimenta-do-reino para a Amazônia. Isso porque em 1933, o chefe de um navio de imigração, Makinosuke Ussui, teve que parar em Cingapura para deixar o corpo de uma mulher que faleceu na viagem. “De lá, ele trouxe as primeiras mudas de pimenta-do-reino. Elas foram plantadas em Tomé Açu. Anos mais tarde a especiaria se transformaria no diamante negro da Amazônia”, explica Homma.

No período áureo da pimenta, mais de cinco mil toneladas foram colhidas por ano, mas os japoneses acabaram surpreendidos por uma praga, ainda nos anos 70: a fusariose, um fungo que ataca a raiz da pimenteira, levando-a à morte.

Mais uma vez a serenidade e sabedoria do povo oriental foram essenciais para garantir a sobrevivência da colônia japonesa. Buscando encontrar alternativas para a lavoura da pimenta, os japoneses começaram a plantar frutas tropicais, respeitando e observando a natureza. Foi aí que surgiu o cultivo de espécies consorciadas, ou seja, plantadas em um mesmo espaço. Espécies como açaí, cupuaçu, cacau, castanha-do-pará e outras deram certo. ‘Existem muitas espécies consorciadas. Isso comprova que se plantando neste chão é possível produzir e ter bons resultados. Agora, tem que respeitar a natureza para tirar dela a sobrevivência’, enfatiza Ivan Hitoshi Saiki, da Camta.

O modelo deu tão certo que agora ganhou um termo técnico: Sistema Agro-florestal – SAF e se tornou referência para o agronegócio regional. Mas tudo isso só foi possível com a união destes japoneses incansáveis e determinados.



Roberto Kataoba é figura de destaque na indústria paraense. Os japoneses amazônicos também souberam ocupar espaço em alguns esportes, como no baseball

Seguindo a tradição da união comunitária e integração com o meio ambiente, os japoneses se reuniram e formaram a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta). Hoje, todos os cooperados fornecem matéria-prima para Camta.



Atualmente, a exportação de polpa de frutas congeladas é o carro-chefe da cooperativa e o açaí é o diamante negro da vez. A cooperativa chega a exportar 1.500 toneladas por ano em polpa congelada. Os principais compradores são os Estados Unidos e o Japão.

Mas se engana quem pensa que os japoneses da Amazônia só se destacam na agricultura. Muito pelo contrário. Os nossos japoneses mostraram que além de lidar com a natureza, também possuem criatividade para a indústria. O exemplo disso é o empresário Roberto Kataoka, 50, proprietário da Oyamota do Brasil, indústria metalúrgica, mecânica e de material de transportes, que este ano completa 30 anos de atuação no mercado brasileiro, conquistou um feito inédito: fechou contrato com uma empresa de fora e vai exportar tecnologia produzida no Pará para cidades do eixo Rio-São Paulo.

A Oyamota, em parceria com a Albras, a unidade de produção de alumínio da Vale do Rio Doce instalada em Barcarena, criou um removedor de crosta, batizado de “quebra crosta”. O equipamento substitui uma tarefa antes feita manualmente e é utilizado para retirar as crostas de alumínio que se formam nas cubas eletrolíticas (fornos especiais utilizados durante o processo de fabricação do alumínio).

Para obter o contrato, a empresa paraense participou de uma



concorrência nacional e conquistou um espaço até então inimaginável por uma empresa paraense. “Isso foi resultado de muito, mais de muito trabalho mesmo. Buscamos melhorar o sistema de gestão da empresa; investimos na Certificação Isso 9001/2000. Todos temos a convicção de que só agregando tecnologia à produção, conquistaremos mais o mercado nacional e o internacional também. Temos que lutar para conquistar sonhos objetivos. Isso é herança de nossos antepassados”, afirma Roberto Kataoka. A Oyamota fechou contrato com a Valesul, empresa ligada à Vale, segunda maior mineradora do mundo.

Na agricultura, na indústria e até nos esportes os japoneses amazônicos são especiais. Em Tomé-Açu existe um time de baseball, que inclusive vai representar o Pará na Taça do Brasil, em Londrina, no Paraná. O time tem 19 participantes na faixa etária de 9 a 12 anos. Eles treinam todo final de semana. Disciplina, dedicação e união são os elementos fundamentais para fazer vencedores. “Para conquistar um ideal temos que batalhar muito, até material de treino como taco, bola e luva são compradas pelas famílias

O diferencial dos japoneses amazônicos é que eles conseguiram reunir o espírito guerreiro dos samurais à alegria brasileira. Nesse ritmo, seguem conquistando seu espaço e respeito

dos atletas, então, temos que ter disciplina, dedicação e união para chegarmos à vitória. Chegamos a treinar oito, nove horas aos finais de semana, mas tudo isso tem o propósito de conquistar a vitória. Não desistimos chamais deste sonho”, filosofa Silvio Shibata, técnico do time de baseball infantil de Tomé Açu, ligado à Federação Paraense de Baseball. Os meninos do time aprovam a filosofia do técnico. “Gosto de baseball e quero ser campeão.

Me dedico ao treino e sigo as orientações do treinador”, diz Adriano Kazuhiro Shinomiya, de 12 anos e o mais velho do grupo.

Outros esportes praticados pelos japoneses amazônicos são o karatê, o golfe, o softball, gatball e tantos outros. Seu César, aquele senhor simpático do início da reportagem, pratica golfe há 19 anos e diz que o esporte o ajuda a manter a forma. “Estou velho, não trabalho mais, então tenho que me exercitar”, fala o simpático e carismático seu César.

Os japoneses estão espalhados pelo mundo. Eles são exemplo de adaptação, esperança e amor à vida. Independente do lugar em que estão, conseguem transmitir ensinamentos que refletem em todas as áreas da vida, com uma coisa em comum: todos os entrevistados desta matéria foram unânimes em afirmar que não voltariam para o Japão, aqui é sua terra e sua pátria. Ir ao Japão, só para passear.

O diferencial dos japoneses amazônicos é que eles conseguiram reunir o espírito guerreiro dos samurais à alegria brasileira. Nesse ritmo, seguem conquistando seu espaço e respeito.

A MAIOR FAÇANHA JAPONESA

LÚCIO FLÁVIO PINTO

Quando se fala na imigração japonesa para a Amazônia, a associação de idéias é imediata: juta e pimenta-do-reino. Com razão, merece admiração o esforço e a competência dos colonos japoneses em introduzir e consolidar essas duas plantas exóticas na região amazônica. A juta teve resultados mais cedo e permitiu um avanço econômico, através da sua industrialização. Já a pimenta sustentou a formação da primeira classe média rural no Pará e, mesmo sujeita a flutuações, por causa da instabilidade dos preços no mercado internacional, teve vida mais longa e sólida do que a juta. Ambas se tornaram momentos importantes na história agrícola da Amazônia.

Ainda assim, elas não se comparam a uma façanha ainda maior do Japão em território amazônico. Golpeado seriamente pela quase quadruplicação do preço do barril do petróleo entre 1973 e 1974, sem dispor de alternativas energéticas compensatórias, o Japão redefiniu sua economia transferindo toda produção do bem industrial mais eletrointensivo, o lingote de alumínio, cujo custo interno se tornara insustentável. Montou sua maior fábrica de alumínio a 20 mil quilômetros do seu território e a apenas 50 km de Belém, em Barcarena. A Albrás iria garantir 15% de toda a sua demanda, a maior do mundo, que passou a ser atendida principalmente por unidades menores instaladas nos satélites asiáticos.

Foi uma operação de tal sucesso que permitiu fechar todas as 41 fábricas antes em operação no Japão. Ainda assim, o país conseguiu receber do exterior alumínio primário por um preço inferior ao que antes era produzido dentro de suas fronteiras. Talvez seja a maior façanha já realizada de transferência industrial massiva.

O sucesso se estendeu a outro projeto, localizado ao sul da Albrás: a mina de minério de ferro de Carajás. De 1984, quando a mineração começou a funcionar, até 2005, os japoneses foram os maiores compradores desse minério, o melhor do planeta. Nos dois últimos anos foram superados pelos vizinhos da China, mas ficaram logo atrás, com 30% das vendas de Carajás, que lhes assegura o suprimento de 15% das necessidades das suas siderúrgicas. Por causa do seu alto teor de hematita (que possibilita maior rendimento nos altos-fornos), o minério de Carajás sai até mais barato do que o produto australiano, que fica a apenas um terço da distância entre o Japão e a costa do Maranhão, onde o ferro é embarcado para a longa viagem até a Ásia.

Em 1976, quando o então presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, foi ao Japão para acertar a parceria entre os dois países em empreendimentos que mudariam a história do Pará (a fábrica da Albrás e a mina de Carajás, além da hidrelétrica de Tucuruí, que atenderia as necessidades energéticas dos “grandes projetos”), o Brasil todo exportava menos de 700 milhões de dólares para o Japão. Hoje, só de produtos do Pará, a soma é quase três vezes maior.

Os japoneses conseguiram deslocar a influência hegemônica que os americanos exerciam até então na região. Mas ao seu estilo: discretamente, sem propaganda. Poucos conseguiram perceber a cunha que instalaram quando, logo depois do primeiro choque de petróleo, mandaram justamente para o Pará uma equipe de técnicos encarregados de verificar se realmente o Estado seria o melhor local para receber a maior de todas as fábricas do bem fabricado pelo homem que mais energia consome. Era.

Essa saga, que já perdura por quase um quarto de século, nós só a conheceremos integralmente quando os arquivos japoneses forem abertos e consultados. É lá que deve estar o melhor filão para ajudar a reconstituir essa história fantástica escrita diante de nós, mas que não conseguimos ver. Não exatamente por miopia, mas pelo estrabismo que velhos processos coloniais, decididos além-fronteiras, costumam causar. Eles têm cura, mas o remédio geralmente não está disponível nas farmácias nativas. É preciso buscá-lo onde está a origem da história. No caso de Tucuruí, Albrás e Carajás, no Japão, of course. ■

Os japoneses conseguiram deslocar a influência hegemônica que os americanos exerciam até então na região, ao seu estilo.



O FIM DA LIBERDADE DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

Ao enviar ao Congresso Nacional a solicitação da ratificação da Convenção nº 158 da OIT, que diz respeito ao término da relação de trabalho por iniciativa do empregador, o Presidente da República retoma uma antiga discussão na legislação trabalhista brasileira. Consta da Convenção a não determinação do término do contrato de trabalho, a menos que ocorra uma causa justificada relacionada à capacidade ou conduta do trabalhador, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço.

Na prática, essa norma se constitui num enorme retrocesso às relações trabalhistas, fomentando a ilegalidade no emprego, afugentando os investidores e reduzindo o volume de novas contratações. De fato, resulta em inúmeros prejuízos para o próprio trabalhador, como o aumento do desemprego e da informalidade.

A CNI assegura que a integração da Convenção ao ordenamento jurídico brasileiro é absolutamente inadequada, em razão da inconstitucionalidade e dos graves prejuízos às relações de trabalho, ocasionando a perda da competitividade da economia nacional e ampliação da informalidade.

Dado o atual ambiente político e econômico, não é recomendável ao país a adoção de regras que dificultem a demissão, pois as empresas precisam ter condições de se adaptar de forma ágil às demandas impostas pelo mercado.

Nesse sentido, é notório que os impactos negativos virão a galope no mercado de trabalho, com a redução da geração de empregos e o desaquecimento do empreendedorismo. Inúmeros danos serão ocasionados, como o aumento da burocracia e dos custos, inibindo a oferta de emprego, elevando o desemprego bem como o custo das despesas com seguro-desemprego. Isso causará grande impacto na economia, com o desestímulo ao investimento pelo setor privado.

Como se não bastasse, a norma dificulta a abertura para novas contratações, discrimina o acesso ao mercado de trabalho, ampliando a distância entre os empregados protegidos e os que não conseguem acessar o emprego formal. A adoção dessa rigidez relativa à demissão e contratação de empregados, compromete os investimentos no setor produtivo.

A adoção da Convenção 158 representa um perigo, tanto para o empregado quanto para o empregador, justo no momento em que o país apresenta um desempenho tão satisfatório em relação ao seu crescimento econômico.

Vale ressaltar: dentre os 180 Estados-Membros da OIT, dos quais o Brasil faz parte, apenas 34 países ratificaram essa Convenção. O que se percebe com nitidez é que, como se não bastasse a escravidão tributária a qual são submetidas as empresas, através da carga de aproximadamente 42% do PIB, o atual governo quer estatizá-las, obrigando-as a cumprir cada vez mais tarefas que seriam do próprio poder público, transformando-as em “instituições de caridade”.

A adoção da Convenção 158 representa um perigo, tanto para o empregado quanto para o empregador

Entendemos que os empregados procurem se proteger e nisso não vemos nenhum erro. O que nos preocupa, é a adoção desta Convenção, onde temos certeza de que os prejuízos tanto para os partícipes da relação empregatícia quanto para o Estado brasileiro e a sociedade como um todo será inexorável, de vez que os danos serão praticamente irreversíveis ao se adotar esse tipo de barreira, gerando um “azedamento” nas relações capital e trabalho. Se fecharmos a empresa para demissão, certamente o mesmo acontecerá na outra ponta, com o fechamento para admissão, prejudicando o primeiro emprego. Mais lamentável ainda é que isso tudo acontece no momento em que negociávamos a flexibilização da legislação trabalhista, no Fórum Nacional do Trabalho. Pena que o governo não aproveitou o que ali foi aprovado de maneira democrática.

Enfim, a ratificação da Convenção 158 nada mais é do que um ato irracional de quem se preocupa somente em agradar seus pares, sem a responsabilidade do que poderá vir a acontecer com o Estado brasileiro como um todo, onde os danos serão imensamente maiores do que os benefícios. ■



Fornecendo melhoria de vida

Erradicação da malária, água de boa qualidade e esperança de melhor renda. Ações desenvolvidas pela MRN mudam a realidade de comunidades no Baixo Amazonas.

Na comunidade do Bom Jesus, localizada no extremo Oeste do Pará, no lago do Batata, em Oriximiná, diversos produtores agrícolas não precisam mais buscar água no rio para irrigar as plantações. Lá, existe um micro-sistema de água. “Planto cebolinha, pimenta, couve, maracujá, entre outros. A instalação da caixa d’água e de todo o sistema de abastecimento facilitou muito pra gente, principalmente quando é época de seca, que o rio fica muito longe”, relata a presidente da Cooperativa de Produtores Agro-Industriais e Trabalhadores de Oriximiná e moradora da Bom Jesus, Maria do Socorro Pereira.

A implantação do micro-sistema de água na comunidade é uma das 25 ações que a Mineração Rio do Norte (MRN) já realizou, ou vem realizando, naquela região. Com investimentos de R\$ 365 mil, a MRN implantou três poços artesianos e dois micro-sistemas de água em comunidades ribeirinhas do Alto e Médio Rio Trombetas, beneficiando 53 famílias apenas em

• Referência mundial na área de recomposição de área minerada, a MRN apóia projetos

2007. Desde 2002 a MRN já investiu mais de R\$ 800 mil na construção de poços artesianos e microsistemas, beneficiando mais de 160 famílias, em Oriximiná e Terra Santa. Com isso, mesmo no período mais seco da região (de setembro a novembro), a população tem acesso à água potável de qualidade. Há ainda a expectativa de redução da incidência de doenças causadas pela dificuldade de acesso a uma água de boa qualidade, especialmente no período da vazante dos rios da Amazônia.

As ações em desenvolvimento que compõem o Programa de Responsabilidade Corporativa desenvolvido pela MRN são baseadas em quatro pilares: saúde, educação, desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Dentre os projetos desenvolvidos, outro exemplo é o da escola especializada na educação fundamental de crianças portadoras de necessidades especiais. Ela foi construída no município de Terra Santa, também no Oeste do Pará. “Era um sonho de 17 anos”, enfatiza a



os sócio-ambientais no entorno de Porto Trombetas, como a piscicultura

secretária de Educação do município, Maria Jocirene Ribeiro Anequino. Ainda no município, outra prática que tem literalmente gerado frutos é a Escola do Campo, um projeto que ensina técnicas agrícolas a 1.400 alunos de 5ª à 8ª série da rede municipal. Os alimentos produzidos são consumidos nas próprias escolas, além de abastecerem hospitais locais. O excedente é vendido nas feiras da região e o valor arrecadado é revertido em benefício do projeto.

Em setembro de 2007, a Escola do Campo conquistou, em Santiago do Chile, a segunda posição no BHPB HSEC Awards - 2007, na categoria Community, sendo premiado como Highly Commended, em iniciativa promovida pela BHP Billiton, uma das acionistas da MRN. A premiação é oferecida a programas que beneficiem a saúde dos colaboradores, aumentem a segurança no trabalho e melhorem as condições de vida na comunidade ou minimizem o impacto ambiental causado pelos processos produtivos.

SAÚDE DE PORTA EM PORTA

“Lembro de quando não existia o projeto. As pessoas ficavam doentes e não tinham muitas opções para se tratar. Ficavam por aqui ou iam para Oriximiná. Mas, agora, os poucos que contraem a doença têm assistência”. O depoimento é do agricultor e pescador Manoel Valério do Santos, que mora no Lago do Moura, no alto Trombetas. Ele se refere à malária, que foi erradicada daquela região com a ajuda de um trabalho desenvolvido por profissionais do Hospital de Porto Trombetas.

O programa de Combate à Malária, iniciado em 1999, atende 22 comunidades, somando mais de 5 mil pessoas. O controle da doença consiste no combate direto ao mosquito transmissor, por meio da pulverização de inseticida e palestras para esclarecer os moradores sobre o risco da doença, que pode ser fatal. No primeiro ano do programa foram registrados 1.126 casos. Já em 2007, foram apenas dois. “Eu cheguei a pegar malária duas vezes quando esse trabalho ainda não existia”, relembra Manoel.

Outra iniciativa da empresa no âmbito da saúde é o Projeto Quilombo, uma parceria da MRN com a Fundação Esperança, de Santarém, que presta assistência médica a 23 comunidades do rio Trombetas, totalizando cerca de 3.300 mil pessoas. Além de atendimentos, os profissionais de saúde ministram palestras nas escolas locais esclarecendo a população sobre higiene e saneamento básico, doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, e nutrição infantil. Uma das conquistas do Quilombo foi a redução da desnutrição infantil, que caiu de 39%, em 1999, quando teve início, para 8% em 2007.

Operação responsável

De toda a área que a MRN já operou na Floresta Nacional Saracá-Taquera (Flona), unidade de conservação que ajudou a formar, 56% já foram reflorestas. A empresa chegou em março de 2008 com mais de 7 milhões de árvores plantadas. Somente em 2007 foram investidos R\$ 28,4 milhões na manutenção e controle do meio ambiente.

Referência para o mundo em recomposição de áreas mineradas, a MRN também usa de sua experiência apoiando projetos sócio-ambientais no entorno de Porto Trombetas, como nas comunidades Saracá e Boa Nova, do lago Sapucuá, no município de Oriximiná. Nesses locais é desenvolvida uma metodologia de plantio de espécies frutíferas em meio à floresta, conhecida como Sistemas Agroflorestais (SAF's), em parceria com a Emater-PA. O resultado é uma floresta mista, que fornece frutos, sem a necessidade de adubação da terra, já que a própria floresta se encarrega disso. ▶

Edernan Serrão da Costa, 24 anos, morador da comunidade Saracá, tem esperança de que a produção de mudas, por meio das SAF'S, ajude no sustento da família daqui a alguns anos. “Pretendemos que um dia essas mudas nos tragam lucro. Queremos exportar também e, daqui a alguns anos, isso vai ajudar o meu pai a melhorar a situação da família”, relata o produtor.

A feira de Oriximiná é também um dos destinos dos tambaquis criados em tanques-rede pelo projeto Piscicultura, criado pela Mineração Rio do Norte em 2002 e desenvolvido em comunidades ribeirinhas de Oriximiná, Faro e Óbidos. Em 2007, as comunidades do Moura, Boa Vista e Curuçá-Mirin, no alto Trombetas, em Oriximiná e Aibi em Faro também foram incluídas no projeto.

“Hoje, eu crio 1.200 tambaquis. É uma boa saída, já que logo que cheguei aqui eu trabalhava na roça com o meu pai, que sempre foi agricultor. Era muito trabalho. Lembro que, na primeira venda, eu consegui mais de R\$

4 mil com 700 quilos de tambaqui”, explica Graciliano Macedo da Silva, mais conhecido como Bujão, que cria peixes na comunidade Amapá.

Outro beneficiado pelo projeto é Cláudio Siqueira Gato, que mora em Oriximiná, onde sempre trabalhou como pescador. Ele conta que depois de assistir a algumas palestras e cursos no município, percebeu que a piscicultura seria uma boa alternativa de renda. “Vi que a piscicultura dá 50% de lucro e resolvi vender o barco para poder comprar os tanques. No início, tive dificuldades, mas não desisti. Hoje, estou até criando uma espécie que chamo de tambatinga, mistura do tambaqui com a pirapitinga, que cresce mais rápido”, conta.

“O objetivo principal da piscicultura é proporcionar uma alternativa de renda para os comunitários e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida deles, além de preservar a espécie do tambaqui, o que minimizará os efeitos da pesca predatória”, explica o assessor de Relações Comunitárias da MRN, José Haroldo de Paula. ■

Cuidar do planeta é dever de todos.
Afinal, estamos no mesmo barco.



Somos passageiros e também tripulantes do planeta. Cuidados com a água, alimentação, energia e combustíveis são necessários para que a vida não fuja de seu curso normal. Aqui, o destino de um é destino de todos.





A ECONOMIA DA FLORESTA

A Amazônia entrou definitivamente na pauta nacional e internacional. Com as mudanças climáticas se transformando no foco da preocupação mundial, nossa região passou a ser mais que nunca o centro das atenções. Recentemente, a região foi tema de minissérie da Globo, da Campanha da Fraternidade e de inúmeras reportagens. Com a retomada do crescimento do desmatamento, o governo federal anunciou uma nova empreitada na região, a chamada Operação Arco de Fogo. No Estado do Pará, o início da operação causou tensão em Tailândia, pois houve reação na cidade, que temia o prejuízo na sua atividade econômica. Nesse ambiente, proliferam discursos sobre os destinos, problemas e soluções para a Amazônia.

Historicamente, essa tem sido a tônica das políticas para a Amazônia: muito discurso, pouco recurso e nenhuma solução. Ingenuidade pensar que a causa do desmatamento reside no ímpeto degradador dos produtores da região. É certo que existe o desmate criminoso, que avança através da grilagem e da violência, sendo que, para essa chaga, não existe outro remédio que não seja o poder de polícia do Estado. Contudo, boa parte do desmatamento é fruto de relações socioeconômicas complexas, que envolvem diversos atores e segmentos. Desmata-se por questões econômicas e até culturais. Esse problema não se resolve apenas com multa e fiscalização, pois o caminho para enfrentar o desmatamento é uma via de mão dupla: de um lado a fiscalização e, do outro, ações que permitam a transição para um modelo mais sustentável. Sem isso, o engajamento dos atores locais é baixo, porque não vislumbram alternativas econômicas para suas vidas.

A boa notícia é que, no Pará, os modelos existem. Temos bons e fartos exemplos em todas as áreas produtivas, demonstrando que é possível desenvolver com respeito ao meio ambiente. Na atividade florestal, temos manejo florestal certificado, reflorestamento e indústrias com tecnologia de ponta, que agregam valor aos produtos paraenses. Nosso desafio é, portanto, multiplicar os modelos sustentáveis. Os governos parecem, finalmente, despertar para esse outro lado da questão, a julgar pelos projetos recém-anunciados. O governo federal lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e noticiou a destina-

ção de um bilhão de reais para o reflorestamento, com taxa anual de 4%, prazo de 12 anos de carência e até 20 para pagamento. O governo estadual lançou o programa Um Bilhão de Árvores, o que considera o maior projeto de restauração florestal do mundo. O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, criou o chamado Fundo de Conservação e Proteção da Amazônia, com o objetivo de arrecadar recursos para a região, que já conta com cem milhões de dólares doados pela Noruega. Além disso, existem outros projetos, como as concessões florestais e o manejo florestal comunitário. Tais projetos podem representar uma mudança de rumo, inserindo uma nova dinâmica econômica que substitua ou detenha o modelo de produção que avança sobre a floresta.

Ninguém investirá em manejo se estiver ameaçado de invasão pelos “sem-tora”

Para que tudo isso saia do papel é fundamental construir um clima de negócios que atraia os investimentos sustentáveis para nossa região. Ninguém investirá em manejo se estiver ameaçado de invasão pelos “sem-toras”. Ninguém fará reflorestamento com incerteza fundiária, tampouco se tiver de esperar seis meses para obter a licença ambiental.

Nesse sentido, existem três providências imediatas a serem adotadas pelo governo: (i) dotar os órgãos ambientais e fundiários de estrutura e eficiência, pois são eles que lidam com os grandes gargalos da nossa economia; (ii) estabelecer o marco legal adequado, ou seja, regras claras e viáveis, que não sejam alteradas no meio do jogo; e (iii) implantar uma política de incentivos, que envolva pesquisa, tecnologia, benefícios fiscais e infraestrutura. Asseguradas essas condições básicas para o investimento e desenvolvimento sustentável, talvez comecemos a notar outros indicadores no cenário amazônico, dando menos importância às taxas de desmatamento e mais atenção à quantidade de área manejada, ao volume de árvores plantadas e ao IDH das regiões produtivas. ■

Prêmio SESI Qualidade no Trabalho 2008

Exercitar a responsabilidade social empresarial é mais que um dever; é estratégia de empresas vencedoras.

O sucesso empresarial depende da qualidade da gestão e da capacidade do empresariado diferenciar-se num mercado cada vez mais competitivo. Essa afirmação, todo bom empresário já deve estar cansado de ouvir; mas, só ouvir não basta. Então, o que será que eles estão fazendo para construir um ambiente profissional mais seguro, saudável e produtivo?

Vencedora por dois anos consecutivos no Prêmio SESI Qualidade no Trabalho, na categoria Média Empresa Estadual, a Guascor do Brasil Ltda, que atua na área de geração de energia elétrica, utiliza a premiação como um instrumento de gestão.

Segundo Fernando Pinho, diretor de Operações da Guascor no Pará, uma das principais características que a empresa desenvolveu a partir do relatório de avaliação do Prêmio SESI foi o de incentivar seus colaboradores a desenvolverem o interesse pelo trabalho voluntário, por meio de participação em todos os programas de responsabilidade sócio-ambiental mantidos pela empresa.

“A Guascor do Brasil está focada no futuro. Estamos trabalhando com projetos socialmente responsáveis, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis que contribuam para diminuir a distância entre a empresa e a comunidade na qual estamos inseridos. Estamos preocupados em melhorar a qualidade de vida tanto dos nossos colaboradores como da população”, explica Fernando Pinho.

Pinho diz ainda que a empresa implanta uma horta orgânica na área interna da Usina da Guascor, no município de Muaná, na Ilha de Marajó, para produção de hortaliças, frutas, verduras e plantas medicinais, além de incentivar a implantação de mais dois núcleos produtivos em duas escolas municipais.

“Com este projeto, vamos levar educação ambiental e nutricional à comunidade, capacitar voluntários multiplicadores e mostrar como a horticultura pode ser uma nova fonte de renda, dando mais uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida”, resume.

Para Luiz Carlos Bastos, gerente geral da empresa da Guascor no Pará, o Prêmio possibilita à empresa conhecer melhor a si mesma, identificando pontos para melhorar a gestão, tanto interna quanto externa. “O reconhecimento é motivo de orgulho para nós. O Prêmio SESI Qualidade no Trabalho passou a fazer parte do nosso dia-a-dia, pois o diagnóstico de melhorias que recebemos gratuitamente do SESI após as avaliações dos consultores é fundamental para construirmos uma empresa cada vez melhor. Além disso, conseguimos melhorar a qualidade de vida dos nossos colaboradores e aumentar a produtividade”, explica Carlos.

A Guascor está presente em 23 municípios do Estado, situados ao longo do Baixo Amazonas e na Ilha de Marajó. Possui cerca de 150 colaboradores, e em pouco tempo (2005-2008) a empresa passou de pequena para médio porte.

O QUE É AVALIADO

GESTÃO

Refere-se ao conjunto de ações relacionadas ao estilo gerencial (equipes de liderança), às relações interpessoais praticadas, ao sistema de recompensa e reconhecimento do trabalho individual ou de equipe, ao clima interno, como ferramenta de melhoria do processo produtivo.

SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Compreende o conjunto de ações que visam promover a saúde do empregado, garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro, monitorando o processo produtivo no sentido de não interferir negativamente no meio ambiente.



• *A Guascor está focada em projetos socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis*

O Prêmio SESI Qualidade no Trabalho, iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI), foi criado em 1996, com o objetivo de destacar e reconhecer as empresas industriais que adotam as melhores práticas em responsabilidade social empresarial, despertando empregados e empregadores para o exercício da ética e da transparência no trabalho.

Para o especialista em Política e Planejamento Social, Elizeu Calsing, é cada vez mais visível essa relação direta entre a valorização e o bom atendimento do seu público interno, ou seja, de seus funcionários, e o aumento na produtividade e na competitividade das empresas no mercado.

Na categoria estadual, as vencedoras de 2007 foram a Lest Engenharia Ltda, na categoria Micro Empresa; Fluidos da Amazônia, em Pequena Empresa; Guascor do Brasil Ltda que venceu na categoria Média Empresa e a Eletro-norte, de Tucuruí, que foi a ganhadora da categoria Grande Empresa.

Em 2007 houve a participação de 55 empresas, 13,5% a mais em relação

a 2006. “É perceptível a evolução do número de indústrias participantes do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho. Isso demonstra a preocupação dos empresários em melhorar cada vez mais o seu processo produtivo e a qualidade de vida dos seus trabalhadores, e o SESI quer estimular as indústrias a participarem cada vez mais”, explica superintendente regional do SESI-PA, José Olímpio Bastos.

“Este compromisso com a responsabilidade social tem feito empresas paraenses conquistarem importantes premiações e cada vez mais espaço no mercado. É também uma forma de alertar as demais indústrias que respeito ao meio ambiente, valorização dos funcionários e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade são necessidades para o bom desempenho empresarial. As empresas que não acompanharem e respeitarem este fato ficarão de fora do mercado, por decisão dos consumidores, que a cada dia ficam mais exigentes e conscientes”, finaliza Olímpio.

O QUE É AVALIADO

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Refere-se ao conjunto de ações voltadas para a elevação da escolaridade e a formação continuada da força de trabalho com vistas ao pleno exercício da cidadania, inserção produtiva e incorporação de inovações.

LAZER E CULTURA

Diz respeito ao conjunto de ações voltadas para a ocupação prazerosa do tempo livre, proporcionando o entretenimento, a superação de desgaste físico e mental e a participação ativa no fazer cultural.

Prática de Qualidade

Os colaboradores da Hidrelétrica de Tucuruí, administrada pela Eletronorte, começam o dia liberando suas energias para produzir melhor no trabalho. Orientados por profissionais de Educação Física e fisioterapeutas, às 8h da manhã é hora da ginástica laboral. “Fazer ginástica no ambiente de trabalho não significa malhação, perda de peso ou ganho de massa muscular. O momento descontraí, previne lesões e integra a equipe”, explica Andreza Sassi, assessora de gestão empresarial da Eletronorte.

A empresa possui um completo Programa de Qualidade de Vida para seus mais de 400 colaboradores, que vai desde ginástica laboral, antes do início do trabalho, momento de relaxar uma vez por dia, após o expediente; academia terapêutica funcional, programa de redução alimentar, caminhadas, entre outras atividades. Todas essas ações foram determinantes para a Eletronorte se tornar campeã do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho 2007, na categoria Grande Empresa.

A Eletronorte também investe na boa educação de seus colaboradores e na comunidade. Em parceria com o SESI e associações comunitárias de Tucuruí, entra em ação o Programa SESI Por um Brasil Alfabetizado. Neste ano, oito turmas se formaram no

programa, beneficiando mais de 100 pessoas da comunidade que ainda não eram alfabetizadas. “Nossa parceria com o SESI é mais uma forma de valorizarmos o cidadão, melhorarmos a sua auto-estima, e assim estimularmos a buscar o seu espaço no mercado de trabalho para ajudar no desenvolvimento do município”, defende o coordenador do Núcleo de Responsabilidade Social da Eletronorte/Tucuruí, Degival Silva Souza.

Segundo o gerente da Regional de Produção e Comercialização de Tucuruí, Antonio Augusto Bechara Pardauil, a Eletronorte vem investindo continuamente no Programa de Qualidade de Vida. “Nosso objetivo é garantir, permanentemente, um nível mais eficaz de segurança e saúde a todos os colaboradores. As ações desenvolvidas proporcionaram uma melhora significativa nos indicadores, como por exemplo, a redução de acidentes no trabalho, custos com assistência médica e a elevação do grau de satisfação dos colaboradores.

A meta do SESI neste ano é chegar a 70 inscrições, um aumento de 30% em relação ao ano passado. Até o final desta edição, 66 indústrias paraenses confirmaram a sua participação. A adesão ao Prêmio é gratuita e oferece às empresas uma consultoria completa sem nenhum custo. x

AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO

O PSQT usa como base para formulação de seus critérios de avaliação os fundamentos da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que elaborou o Modelo de Excelência da Gestão. Para avaliar os participantes, o SESI prioriza o exercício da responsabilidade social dentro e fora da empresa, levando-se em conta os seguintes itens: sistema de gestão de pessoas, educação e desenvolvimento, qualidade de vida e desenvolvimento sócio-ambiental. A premiação na modalidade geral é dividida é estadual, regional e nacional. Na etapa estadual, o primeiro lugar receberá um troféu, o segundo uma placa de menção honrosa e os demais um certificado de participação. Na fase regional, o primeiro lugar receberá troféu regional, mais uma síntese das boas práticas da empresa em livreto. O prêmio para o primeiro lugar na etapa nacional é uma medalha concedida pelo Ministério do Trabalho, um livreto com as boas práticas da empresa e divulgação.

Gestor: a consultoria das grandes empresas.

- **Gestão de Pessoas**
- **Gestão Baseada nos Princípios de Qualidade**
- **Planejamento Estratégico**
- **Diagnóstico Organizacional**



UNIDADE BELÉM
Tv. Padre Eutíquio, 1754 - Altos
Batista Campos - Belém/PA - CEP: 66025-230
Fone: (91) 3204-1300 - Fax: (91) 3204-1317

UNIDADE PARAUEBAS
Rua 11, 82 - Cidade Nova
Parauapebas/PA - CEP: 68515-000
Fone: (94) 3346-5030 - Fax: (94) 3346-2445

UNIDADE SÃO LUÍS
Av do Vale, 09 - sala 510/511 - Ed. Carrara
Renascença II - São Luís/MA - CEP: 65075-820
Fone: (98) 3227-8855 - Fax: (98) 3227-6686

www.comtalento.com.br



gestor
GESTÃO ORGANIZACIONAL
MAIO/JUNHO • 2008



AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

O setor produtivo no Brasil tem enfrentado desafios de toda ordem, na sua missão de gerar riquezas em nosso País. Um dos pontos importantes e que nem sempre vem ao encontro das expectativas e necessidades do setor, se refere a legislações diversas que regulam matérias de forte impacto, não apenas para o setor, mas para a vida sócio-econômica da Nação.

A criação da Agenda Legislativa da Indústria, ocorrida em 1996, é uma tentativa de mostrar à sociedade como pensa o setor indústria. Todos os anos são analisados projetos que dispõem sobre diversos temas, observando de que maneira eles podem impactar o setor, seja de forma positiva ou negativa. Uma vez por ano, sob a coordenação do COAL, que é a Unidade de Assuntos Legislativos, reúnem-se na sede da CNI representantes de todas as Federações da Indústria dos estados brasileiros, bem como Associações Nacionais de Indústrias, os Conselhos Temáticos Permanentes e as Unidades de Negócios da CNI.

Durante toda a fase de produção da Agenda Legislativa da Indústria, são apresentados os projetos que tramitam no Congresso Nacional e que têm implicações diretas no setor. São divididos grupos de trabalho, onde cada assunto é discutido amplamente, bem como avaliada sua importância para que conste da pauta mínima que deverá ser oferecida não apenas à classe política, mas à sociedade. Cada projeto recebe uma avaliação, bem como a posição do setor (convergente ou divergente), além de eventuais ressalvas que mereçam registro.

Os temas são diversos. Desde a reforma tributária proposta pelo Poder Executivo, passando por temas como infra-estrutura, meio ambiente, regulamentação da economia, relações de trabalho, comércio exterior, reforma do Estado, questões institucionais. Enfim, são consideradas todas as iniciativas que, de uma forma ou de outra, possam impactar a produção industrial. A partir desta análise preliminar, o procedimento adotado é priorizar o que deve constar ou não da agenda, a fim de que ela possa efetivamente transparecer de forma clara e concisa como pensa o setor.

Alguns assuntos abordados têm interesse setorial mais definido. Porém, grande parte do que foi discutido é de interesse geral. A reforma tributária ganhou destaque nas reuniões, seguida dos temas sobre meio ambiente, onde se verificou a necessidade de que sejam estabelecidos marcos regulatórios ambientais que possibilitem o desenvolvimento sustentável. É consenso de que há a necessidade de se aperfeiçoar a legislação ambiental, a fim de que possam ser criadas condições favoráveis ao crescimento do País. Não se pode pensar em proteger o meio ambiente esquecendo o homem e, menos ainda, em detrimento dele.

Não se pode pensar em desenvolvimento econômico ou crescimento do emprego “sufocando” o setor privado ou criando mais regras que dificultem as relações de trabalho.

Em relação às questões nacionais, a regulamentação da economia e as eventuais alterações na legislação trabalhista foram objeto de ressalva por parte de todas as entidades presentes, referindo-se à necessidade de uma carga tributária mais justa e equilibrada, somada à preocupação com a convenção 158 da OIT. Não se pode pensar em desenvolvimento econômico ou crescimento do emprego “sufocando” o setor privado ou criando mais regras que dificultem as relações de trabalho.

Todos os temas tratados no encontro são de grande importância para o setor industrial e para a nação brasileira. O trabalho realizado a cada ano apresenta um painel que traduz o pensamento da indústria, com o objetivo de mostrar à sociedade e colaborar com a classe política, legítima representante do povo brasileiro e que tem a missão constitucional de discutir os problemas e elaborar as leis que definam regras a serem cumpridas por todos e por cada um. Com esta iniciativa a Indústria Brasileira espera contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para todos. ■



FOTOS: DIVULGAÇÃO

IEL e Sócrates: uma parceria que deu certo

“Conte-me e eu me esquecerei, mostre-me e talvez me lembre, mas envolva-me e jamais esquecerei”, filosofia do Time Sife-Brasil.

A prática do estágio já se mostrou uma excelente oportunidade que os jovens têm para conhecer um pouco mais sobre a sua futura profissão. Mas quem nunca pensou em vivenciar os conhecimentos que adquiriu no ambiente acadêmico de uma forma mais real, ampla, e diríamos até ousada, tendo contato com empresas de diversos segmentos produtivos do Brasil? Este tipo de experiência já é colocado em prática, em Belém, pelo “Projeto Sócrates”, idealizado e desenvolvido pelo Time SIFE do Centro Universitário do Pará (Cesupa), em 2007, que faz parte do Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores – NIEJ, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL)- Pará.

O Projeto Sócrates é baseado no “Mito da Caverna”,

de Platão, metáfora escrita há quase 2.500 anos, que remete ao diálogo entre Sócrates e Glauco, sobre a verdade, conhecimento e percepção de mundo que só a experiência pode conferir a uma pessoa. Ele desenvolve um programa intenso de visitas técnicas que ocorrem ao longo de um mês, geralmente no período de férias, em empresas brasileiras detentoras das mais modernas tecnologias. O principal objetivo é aprimorar a interpretação do conteúdo acadêmico e fazer com que os universitários adquiram conhecimento teórico e principalmente prático, sobre novos modelos de gestão dos diversos setores econômicos.

Antes da viagem, os alunos passam por um período preparatório que inclui um ciclo de seminários, onde são



• *A cidade de Buenos Aires e a hidrelétrica de Itaipu foram alguns dos pontos visitados pela equipe, numa viagem em que seus integrantes conheceram modelos diferentes de gestão*

com certeza vai influenciar na minha atuação no mercado de trabalho. Tivemos a oportunidade de conhecer modelos diferentes de gestão que estão no mercado. Com isso ganhamos credibilidade e reconhecimento perante as empresas e os próprios alunos da Universidade. Uma iniciativa da SIFE que deu certo e que está contribuindo muito, não só para o meu aprendizado, mas para o da equipe como um todo”, relata André.

A SIFE - Students In Free Enterprise (Estudantes em Livre Iniciativa) é uma ONG internacional que está presente em faculdades e universidades em mais de 40 países do mundo, com o objetivo de estimular os estudantes no desenvolvimento de projetos de caráter social, empreendedor e educacional. Para o professor conselheiro do Time Sife/Cesupa e Coordenador do Núcleo Integrado de Empresas Juniores (Niej), Rafael Boulhosa, o apoio da SIFE e a parceria com o IEL são fundamentais para o projeto. “A participação dessas duas instituições contribui de forma significativa para o desenvolvimento, conquista de credibilidade e sucesso do Sócrates. E o IEL foi a Instituição que comprou de cara a nossa idéia de levar conhecimento em termos de empreendedorismo aos nossos alunos”, afirma.

O IEL tem uma política importante de incentivo a projetos como o Sócrates. “Atuamos promovendo a interação entre as empresas e os centros de conhecimento e, no caso do Sócrates, viabilizamos as visitas às empresas com o apoio dos núcleos regionais espalhados por todo o Brasil. É uma parceria que vem dando certo e o IEL está sempre de portas abertas para apoiar projetos como este, que contribuem para a melhoria da qualificação dos estudantes”, afirma o diretor regional do IEL-Pa, Gualter Leitão.

Nesta segunda edição, durante um mês inteiro de viagem, os 43 alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Marketing, Gestão ▶

apresentados artigos acadêmicos, fotos e documentos cedidos pelas empresas. Além disso, são trabalhados os principais conceitos e teorias que os ajudam a formular questionamentos pertinentes e tirar suas dúvidas durante as visitas.

A vontade de ter contato com esse novo tipo de vivência despertou o interesse de alunos como Paulo André Cardoso, 22, estudante do último semestre do Curso de Gestão com Pessoas. Ele, que participou da primeira edição do Sócrates, em 2007, gostou tanto da experiência que decidiu se empenhar mais uma vez no desenvolvimento das atividades preparatórias e ingressar no grupo para a segunda edição, que aconteceu em janeiro de 2008. “Foi uma tarefa difícil, com um resultado recompensador que



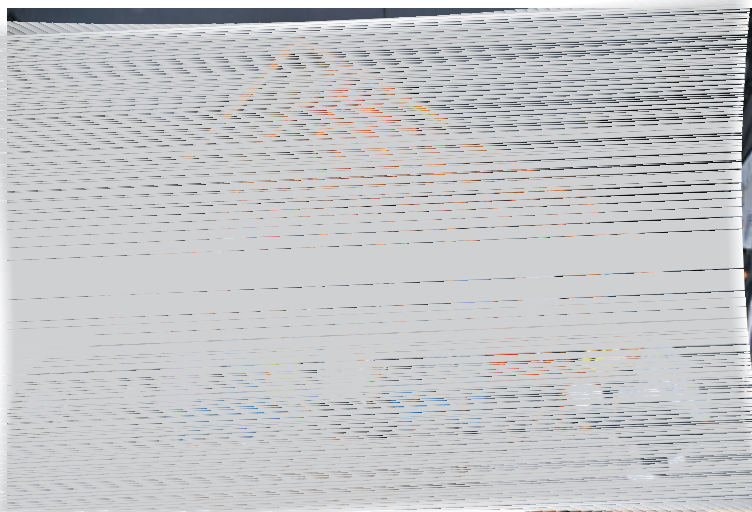
- *A iniciativa de estender as visitas do projeto para fora do Brasil foi considerada muito produtiva, pois foi possível traçar um paralelo entre os tipos de gestão existentes aqui e no exterior*

com Pessoas, Ciências Ambientais e Direito, percorreram dez cidades brasileiras, mais Buenos Aires, para conhecerem os 27 principais empreendimentos do setor alimentício, automobilístico, bancário, tecnológico, comércio e informática entre outros. Foram visitadas empresas como a Mormaii, Bunge, Positivo Informática, Beto Carrero World, Itaipu Binacional e Todeschini.

A primeira a ter suas instalações visitadas pelos alunos foi a Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, Paraná. Lá eles conheceram um pouco da maior hidrelétrica do mundo em produção de energia. A relações públicas da empresa, Teresinha Krauspenhar, foi quem mostrou as instalações para o grupo. “Aqui, em Itaipu, recebemos cerca de dois grupos de estudantes por dia, de todos os Estados brasileiros e também estrangeiros. Projeto igual ao Sócrates, que envolve alunos de vários cursos, foi o primeiro. Percebi o grande interesse do grupo, a pontualidade, seriedade, postura e organização. Os alunos estão de parabéns pela iniciativa e continuidade do projeto. Nossa empresa estará sempre à disposição para recebê-los novamente,” afirmou Teresinha.

Os alunos também avaliaram de forma positiva a recepção feita pela empresa. “Foi uma das visitas mais interessantes que fizemos. Conhecemos todas as instalações da usina e tivemos noções sobre o seu funcionamento físico e administrativo. Fiquei impressionado com a estrutura que eles possuem para receber e apresentar a empresa para o grupo”, afirma o estudante Paulo André.

Este ano o projeto contou com o apoio do Centro Internacional de Negócios (CIN), da FIEPA, já que as atividades ultrapassaram as barreiras nacionais, com visi-



tas a seis instituições em Buenos Aires, na Argentina. O CIN se encarregou de fazer o contato com a embaixada Brasileira, solicitando apoio no agendamento das visitas no País. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer a Fundación Exportar, Grupo Brasil, Berly Internacional, Fundación Argenpyme, Embaixada do Brasil e Camara de Comercio Argentino Brasileña.

“A iniciativa de estender as visitas para fora do Brasil foi muito produtiva, pois conhecemos o tipo de gestão adotada por essas empresas e isso nos permite traçar paralelos com a realidade das nossas aqui no Brasil. Além disso, tivemos 100% de aprovação por parte das empresas e fomos considerados um dos melhores grupos de visitas técnicas realizadas em cada uma delas. Ficamos felizes por ver o nosso trabalho se desenvolver e ser reconhecido nacionalmente e agora internacionalmente”, acrescenta a coordenadora do projeto no período de 2007/2008, Dahra Quintella.

E para mostrar o que de bom a comunidade universitária vem produzindo em termos de projetos na área de empreendedorismo, responsabilidade social e educação, sempre voltados para o crescimento local, a SIFE promove campeonatos anuais. Times de várias universidades do Brasil e do exterior participam das atividades realiza-



das pela ONG, montando suas equipes e projetos para inscrever nas competições nacionais e internacionais.

O Sócrates é um dos sete projetos que o Time Sife/Cesupa, o único representante do Pará na competição, vai levar para a etapa nacional, que acontece no mês de julho, em São Paulo. “Iremos competir na categoria empreendedorismo e estamos otimistas com os resultados que tivemos na primeira e principalmente nesta segunda edição do projeto. Isso nos motiva ainda mais a participar e mostrar o nosso potencial na disputa”, acrescenta Dahra.

As competições são julgadas por uma equipe de influentes líderes, empresários e professores. O time campeão representará o Brasil na competição internacional, prevista para o mês de outubro, em Cingapura, no Sudeste Asiático. “A competição coloca a Universidade, os patrocinadores e os próprios alunos numa vitrine importante que contribui para a visibilidade, aquisição de recursos para dar continuidade aos projetos apresentados e possíveis contratações por parte das empresas avaliadoras”, afirma Boulhosa.

Ainda segundo Boulhosa, a participação no Sócrates também vem contribuindo para a conquista de vagas em estágios e monitoria dentro da Universidade. “Neste ano, todas as vagas de monitoria na área de administração do Cesupa foram preenchidas por ex-alunos do Sócrates. Isso é muito gratificante, pois vemos que o projeto está atingindo um de seus propósitos, que é contribuir

para o crescimento profissional dos estudantes, passando a ser ainda um diferencial no currículo dos alunos”, acrescenta.

A próxima edição do Sócrates levará os alunos para visitar empresas em um número menor de Estados - São Paulo, Minas Gerais e Bahia. “A redução do número de Estados vai possibilitar que o grupo passe menos tempo na estrada e tenha a oportunidade de visitar um número maior de empresas, melhorando assim, a qualidade do aprendizado”, afirma Boulhosa.

O Sócrates é apenas um dos muitos projetos desenvolvidos pelas universidades e centros de educação superior paraenses que contam com o apoio do IEL, no Pará. Semanas acadêmicas, palestras, feiras e encontros como o Encontro Paraense de Engenharia de Produção, desenvolvido pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade da Amazônia (Unama) e Cesupa, que aconteceu em Belém em maio, também recebem o apoio do Instituto. “O IEL está sempre de mãos dadas com os centros de conhecimento paraenses, não só viabilizando no que diz respeito aos estágios, mas também buscando ampliar a sua presença no desenvolvimento de programas e projetos que induzam a melhoria na formação e qualificação acadêmica dos jovens que futuramente possam vir a atuar na indústria paraense. Temos que investir mesmo na educação, só assim vamos poder fazer uma indústria mais competitiva no presente e no futuro”, finaliza Gualter Leitão. ■

Fórum pode ajudar a tirar alguns projetos do papel

A ampliação dos parques industriais dos municípios de Marabá, Santarém, Barcarena e Ananindeua está entre as idéias pactuadas no Fórum Paraense de Competitividade.

O setor produtivo do Pará vive novamente a esperança de que projetos antigos ou obras inacabadas, consideradas importantes para o escoamento da produção, saiam do papel. Assim também como a ampliação dos parques industriais dos municípios de Marabá, Santarém, Barcarena e Ananindeua. Essas são algumas das idéias pactuadas entre empresários e o Governo do Estado no Fórum Paraense de Competitividade.

Segundo o secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Maurílio Monteiro, o Fórum envolve vários segmentos onde são acordadas políticas estatais ou não, que favoreçam o desenvolvimento do Estado. “O pleno do Fórum reúne vários empresários, o Banco da Amazônia e outros segmentos que atuam nas áreas de financiamento e resolução de gargalos”, afirma.

Na primeira reunião do Fórum vários problemas que afetam o setor produtivo foram expostos. O principal está relacionado à infra-estrutura e logística, uma reclamação antiga dos empresários. Maurílio explica que o Governo do Estado formou comissões que se reúnem de 15 em 15 dias com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para monitorar obras como a conclusão das eclusas de Tucuruí, a hidrovía Araguaia-Tocantins, ampliação do



SEGUNDO O SECRETÁRIO MAURÍLIO MONTEIRO, DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, O FÓRUM ENVOLVE VÁRIOS SEGMENTOS ONDE ESTÃO ACORDADAS POLÍTICAS ESTATAIS OU NÃO, QUE FAVOREÇAM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

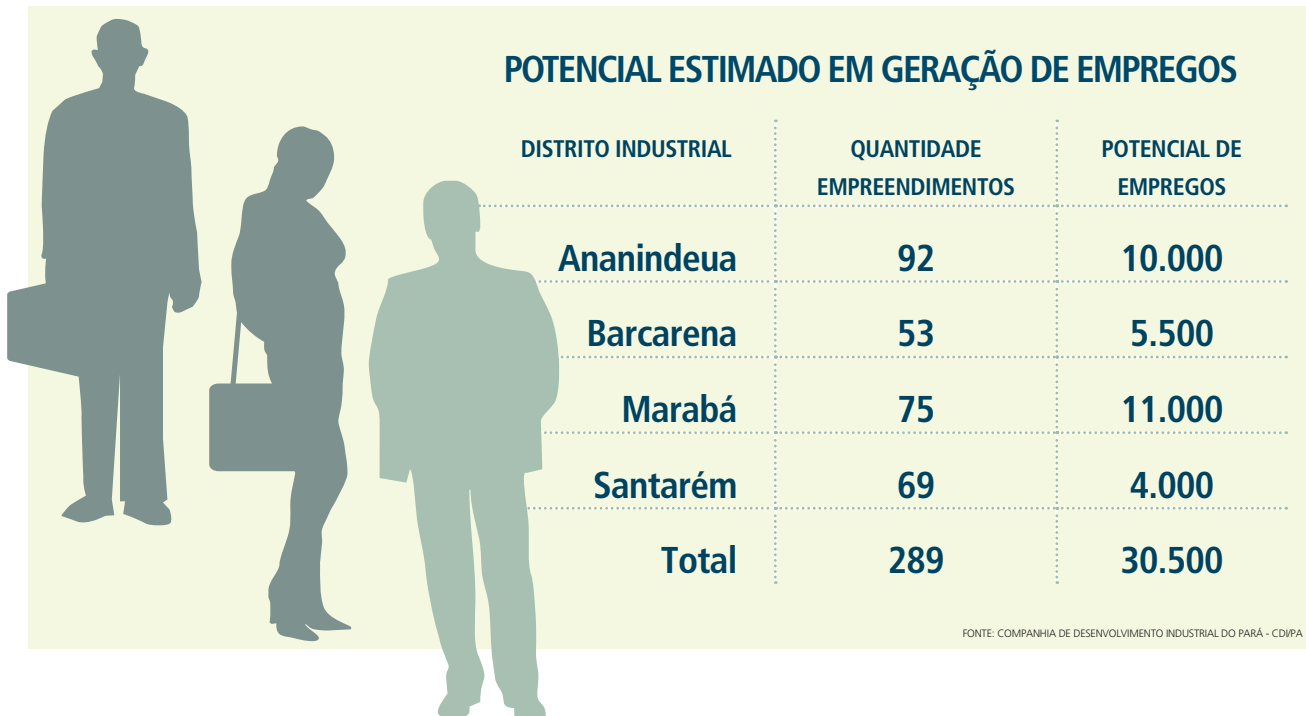
Porto de Barcarena e pavimentação da BR-163 e da Transamazônica. “Aí existe um eixo de articulação infra-estrutural que prevê duas grandes linhas de transmissão na Calha Norte e no Sul do Pará em direção ao Tocantins, além da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte”, afirma.

Para Maurílio, são essas comis-

sões que darão o outro sentido para os objetivos do Fórum: divulgar de três em três meses como está o andamento dessas obras, indicadas como elementos importantes para dinamizar a economia paraense. Outro tema que ele considera importante e faz parte do grupo de discussão são as perspectivas para os projetos de construção do ramal da Ferrovia Norte-Sul, que iria do município de Imperatriz, no Maranhão, em direção ao Porto de Espadarte, em Barcarena. “Mas o Governo Federal sinalizou que não tem condições de avançar na construção do ramal e no Porto até 2010”.

O secretário conta que essa condição já havia ficado clara antes mesmo de Ana Júlia assumir o cargo. “Só que ela voltou a questionar isso junto ao presidente Lula e a previsão foi confirmada”. Agora, a missão do Governo do Pará é acompanhar o projeto executivo do ramal. “O Governo Federal deverá financiar esses estudos”. Já em relação ao Porto de Espadarte, uma análise ambiental ainda falta ser feita, pois a construção poderá atingir reservas extrativistas.

De acordo com Maurílio, uma nova proposta de incentivos fiscais no Estado também já foi elaborada e tramita na Assembléia Legislativa. “O projeto transforma o incentivo fiscal em incentivo financeiro e deverá



colocar fim ao estado de liquidação completa do desenvolvimento industrial no Pará”.

Municípios/Distritos

Uma das reivindicações levadas ao Fórum pelos empresários do interior foi a revitalização dos distritos industriais, uma estrutura básica que tem o objetivo de aquecer a produção local com a oferta de serviços e produtos para grandes indústrias instaladas nas regiões, a ainda por cima garantir a atração de investimentos de qualidade nos municípios. O Governo do Estado já possui um projeto para ampliá-los em Ananindeua, Barcarena, Marabá, Santarém, além do Distrito de Icoaraci, na região metropolitana de Belém.

O Distrito Industrial de Marabá, no sul do Estado, deverá ser todo revitalizado e ampliado para se estabelecer um pólo de produção em serviços na área de logística, manutenção e assistência técnica. Serão cem lotes destinados para indústrias de pequeno porte que podem se tornar fornecedoras das grandes empresas de mineração e siderurgia, os segmentos fortes da região. Como a Vale pretende instalar uma siderúrgica no Estado e, de acordo

com o Governo, um dos locais mais cotados é Marabá, essa articulação será necessária. O investimento das obras é de R\$ 8 milhões, que incluem a construção de um Centro de Convivência dentro do Distrito. Os lotes serão obtidos por meio de financiamentos.

De acordo com o presidente da Associação Empresarial de Marabá, Gilberto Leite, a demanda por espaço entre as empresas que querem desenvolver projetos siderúrgicos é muito grande naquele município e o distrito industrial estava para ser extinto. “Por isso, a ampliação ajudará a reverter esse quadro”. Ele diz que a proximidade de fornecedoras do minério de ferro, usado na produção do ferro-gusa, com a Vale, é o motivo do crescimento dessa procura. “Essas mudanças vão mexer com a realidade dos 39 municípios da região”.

Na visão de Gilberto, uma das dificuldades que precisam ser superadas no sul do Pará é a logística na obtenção de combustíveis, comprados ainda exclusivamente da Petrobras, via Estrada de Ferro Carajás. “Por isso, assim que soubermos do projeto de ampliação do distrito, encaminhamos um pedido à Secre-

taria de Estado Transportes para duplicar o trevo da Transamazônica, em um trecho da PA-150, que dá acesso ao local e torná-lo um novo corredor, o que facilitará o acesso a outras empresas de combustíveis”. Outro fator importante, segundo ele, será a possibilidade de unir todas as empresas moveleiras do município num lugar só, pois elas estavam distantes umas das outras. “Já temos o apoio do Sebrae para capacitá-las”, conclui.

Até Barcarena, onde empresas como a Alunorte, maior refinaria de alumina do mundo, e a Albras, produtora de linguotes alumínio, estão consolidadas, também precisará de um reforço para dar nova vida ao seu Distrito Industrial. Segundo a Sedect, o local encontra-se abandonado, sem infra-estrutura e segurança. Lá também será construído um Centro de Convivência e área de paisagismo. Os lotes devem abrigar 53 empreendimentos e o investimento do Governo será de R\$ 7 milhões.

Para o coordenador do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (PDF), David Leal, a obra no Distrito Industrial de Barcarena é muito positiva. “Abrir portas para setor metalmeccânico e ▶

Distritos Industriais

PAULO SANTOS

segmentos diversos, além de poder contribuir na verticalização do alumínio”, aponta. Ele espera que essas possibilidades promovam a geração de emprego, renda e dinamizem o município. “Apesar a mão-de-obra ser um grande gargalo, isso não é impossível. A saída são as parcerias entre instituições de ensino, Governo e empresas”. Para Leal, a segurança e a infra-estrutura do local devem ser partes obrigatórias do projeto. “Se a intenção é atrair empresas e melhorar a logística, isso não pode faltar”, considera.

Ananindeua, o município mais próximo de Belém, já tem um distrito industrial, assim como Marabá e Barcarena. A área também passará por revitalização e pavimentação da rua de acesso para melhorar o tráfego de caminhões. A expectativa é abrigar um total de 92 empresas. Os destaques ficam para os segmentos de alimentação e madeireiras. Segundo o vice-presidente da Associação Comercial de Ananindeua, Danúbio Lourenço, a entidade recebeu a notícia com muito entusiasmo. “Lutamos para melhorar o distrito há dez anos, pois sempre tivemos a certeza de que será uma mola propulsora do crescimento do município”, acredita.

Lourenço conta que a classe empresarial de Ananindeua tinha expectativas de que o distrito gerasse pelo menos 30 mil empregos, mas só alcançou 10% dessa capacidade. “Nós fizemos um levantamento e uma revista de divulgação do local. Muita gente veio visitar e adquiriu



• Barcarena precisará de reforço para seu Distrito Industrial, onde está a cadeia do alumínio

lotes, mas os empresários se deparavam com a falta de estrutura e não instalavam os empreendimentos. Com essa reforma, essas mesmas pessoas poderão retomar os projetos”, relata. Agora, unido às esperanças da reestruturação, a Associação aposta no apoio do poder público para melhorar a segurança do distrito, que já foi assaltado 13 vezes, com a construção de uma seccional de polícia nas proximidades.

Em Santarém, a situação é diferente. O município ainda não possui um Distrito Industrial. O investimento previsto é de R\$ 7 milhões e 69 lotes serão disponibilizados para empresas moveleiras, madeireiras e de laminados. Os segmentos de serviços e logística também terão espaço, com o objetivo principal de atender os projetos de beneficiamento de bauxita em outros municípios do oeste do Pará: Juruti, da Alcoa, Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas e o Projeto Curuá, da mineradora Rio Tinto, em Monte Alegre, ainda em

estudos. O Governo garante que o local terá pavimentação, iluminação e um sistema de água e esgoto apropriado para a função do Distrito.

O presidente da Associação Comercial e Empresarial de Santarém, Olavo Neves, também reforça que a criação do distrito é um anseio de muito tempo da classe produtiva da região. Porém, com as dificuldades sofridas pelo oeste paraense, principalmente em relação ao escoamento e à logística, ainda restam essas preocupações para a entidade.

“Além disso, temos dificuldades na questão energética. Mesmo com Tramoeste, há carências elevadas em relação à qualidade da energia elétrica gerada aqui”. Resolvidos esses problemas, Olavo imagina um caminho livre para oportunidades de negócios. “Os impactos dos projetos já são bastante expressivos na aquisição de insumos e serviços. O distrito poderá aprimorá-los, pois Santarém já é um pólo de abastecimento”, finaliza. ■

ANÚNCIO RODAPE AIMEX

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E DE TRABALHADORES DO ESTADO DO PARÁ

As entidades federativas empresariais e de trabalhadores, sindicatos e representações das categorias profissionais, instituições de ensino e pesquisa e lideranças políticas signatárias deste documento, em reunião realizada em Belém do Pará, vêm expressar às autoridades federais, estaduais e municipais integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à sociedade brasileira, com a presente DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, os sentimentos de extrema preocupação e perplexidade com o quadro que está sendo delineado pelas diretrizes econômicas e estratégias políticas voltadas à nossa região e que afetam especialmente o Estado do Pará, em reiterada tentativa de criar obstáculos ao nosso desenvolvimento socioeconômico, baseados nos seguintes pressupostos:

1) No preâmbulo da Carta Magna de 1988, está expresso que o Brasil é um Estado Democrático no qual é assegurado “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias...”. No inciso IV do Art. 1º está expresso que “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” se consagram como um dos fundamentos da nossa República Federativa que, entre seus objetivos, destaca nos incisos II e III do Art. 3º: “II - garantir o desenvolvimento nacional” e “III - erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

2) No caso do Pará, integrante da Amazônia, mas detentor de peculiaridades tais que o faz distinto das demais unidades federativas da mesma Região, existe uma história de discriminação, de endocolonialismo e de vazio de poder responsáveis pelos atuais ilícitos e conflitos sociais por ação ou omissão do Poder Executivo Federal. O afã, no passado, de “integrar para não entregar”, gerou o fenômeno migratório de milhares de pessoas que atenderam ao apelo do slogan “terra sem homens para homens sem terra”. O Pará, notadamente na sua área sul-sudeste, foi ocupado por brasileiros que ansiavam participar de um amplo processo colonizador. Nessa época, o condicionante para a entrega de títulos de terra era o desmatamento de 50% da área requerida. O Estado, que durante anos importava a carne que consumia, foi estimulado a exercer sua vocação pecuária chegando, hoje, a possuir um rebanho da ordem de 20 milhões de animais.

3) A União Federal, a quem compete o estabelecimento de uma política de reforma agrária capaz de contemplar o ordenamento fundiário, a assistência técnica, a transferência de tecnologia, a manutenção da infra-estrutura de transportes e a alocação de financiamentos compatíveis, sempre foi a grande ausente, deixando ao governo estadual a gerência dos grandes impasses advindos dessa ocupação desordenada, entre eles os conflitos pela posse da terra. Os problemas fundiários adquirem um novo componente com o processo de verdadeiro confisco das terras paraenses para a União, sob a capa de reservas indígenas, áreas

de proteção ambiental e florestas nacionais. Em paralelo, a mesma União estimula, pela inércia, impunidade e apoio institucional sob variadas formas, o surgimento de organizações paramilitares civis, travestidas de “movimentos sociais”, que, pretensamente defendendo o “direito à terra”, agridem ostensivamente a Constituição que garante o direito à propriedade, estabelecendo, no campo e nas cidades, um regime de autêntico terror, com invasões de áreas produtivas, saques ao patrimônio privado e danos ao meio ambiente com a derrubada indiscriminada da floresta dentro da reserva legal das propriedades invadidas.

4) Na busca do resguardo de seus direitos, os cidadãos brasileiros, trabalhadores, profissionais liberais de todas as categorias econômicas, assim como as empresas privadas que têm sido vítimas dessa perversa orquestração e atuam dentro da legalidade, recorrem ao Poder Judiciário, guardião da defesa dos direitos constitucionais, mas contemplam, com desesperança, que as decisões judiciais deixam de ser cumpridas. A culpa não é da Justiça, que vêm exercendo com altivez as suas funções, mas o fato culmina por incentivar as ações criminosas de certos movimentos, pela certeza da impunidade. Em contraposição, autarquias federais, sem o respaldo do Judiciário, condenam empresas e empresários, sem a observância de qualquer princípio da ampla defesa e do contraditório.

5) A economia paraense, em processo de decolagem, precisando de apoio para enfrentar obstáculos na conquista de mercados, recebe o impacto frustrante da revogação da política de Incentivos Fiscais, numa economia já fragilizada por significativas deficiências institucionais e infra-estruturais, bem como pela ausência, insuficiência, instabilidade e inadequação de marcos regulatórios,

conformando um ambiente adverso a investimentos produtivos. Em paralelo, a imobilidade governamental, alicerçada em princípios burocráticos, dificulta a concessão de licenciamentos, entravando processos de implantação de novos projetos e a ampliação dos já existentes. O setor minero-metalúrgico, em franca expansão e marcando presença no mercado externo, responsável pelo desenvolvimento não só da Região como do País é um exemplo.

6) Embora com o franco desrespeito ao princípio constitucional que garante a livre iniciativa, é visível uma inadequada intervenção do Estado com reflexos negativos no desenvolvimento econômico, gerando entraves de difícil contorno. Em contrapartida, o mesmo Estado não realiza as obras de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento como soem ser, entre outras, a conclusão e pavimentação das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e as eclusas de Tucuruí.

7) A esse grave cenário interno reúne-se a também histórica ambição internacional que, modernamente, sob o pretexto da defesa do meio ambiente, deseja impor à Amazônia o engessamento econômico, condenando-nos à condição de mero almoxarifado do planeta,

ignorando-nos como população de vinte milhões de brasileiros que têm o direito de produzir para atender às suas necessidades e garantir à sua posteridade idêntica prerrogativa. Esse contingente populacional, em sua expressiva maioria, sofre, hoje, com a carência dos serviços públicos que lhes possa garantir segurança, habitação, assistência de saúde, educação, transporte e, até mesmo, os mais elementares direitos do cidadão (registro de nascimento, identidade, título de eleitor e carteira de trabalho).

8) Em tais condições, o que se vislumbra é um panorama de indução ao atraso na economia, comprometendo a geração de emprego, contribuindo para o aumento da violência no campo e nas cidades. Violência, aliás, já insuportável para todos os cidadãos que, obrigados a uma carga tributária das mais pesadas do planeta, não têm a garantia do respeito aos seus humanos direitos. Violência essa que afugenta, igualmente, a possibilidade de novos investidores.

Isto posto, proclamamos que:

I - Defendemos intransigentemente o princípio da LEGALIDADE e não aceitamos ser tratados, indistintamente, como marginais, aos quais devem ser aplicadas punição exemplar, nos ditames da Justiça.

II - Exigimos o RESPEITO AO PACTO FEDERATIVO e a inserção do Pará nas prioridades do desenvolvimento nacional. Temos, constitucionalmente, o direito a esse desenvolvimento e à superação das desigualdades regionais que hoje nos limitam.

III - Não é possível o progresso sem a PAZ SOCIAL e que, sem SEGURANÇA, inclusive a institucional, não poderemos realizar nenhum tipo de investimento capaz de gerar emprego e renda para os milhões de brasileiros que aqui vivem.

IV - Somos intransigentes defensores da PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA E DO MEIO AMBIENTE, através de legislação adequada e baseada em critérios técnico-científicos e sociais que atendam às peculiaridades dos ecossistemas envolvidos. Assim, é fundamental o detalhamento do MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, aprovado à unanimidade dos deputados estaduais, para orientar a implantação de novos investimentos de forma ordenada e sustentável, com responsabilidade social.

V - O RESPEITO AO POVO DO PARÁ é uma consequência natural do seu direito de usufruir melhores oportunidades de trabalho, de elevação de seu padrão de vida, que pode, sim, ser obtido através do uso racional, do manejo adequado, responsável e sustentável dos recursos naturais que constituem, também, nosso patrimônio.

Belém do Pará, 14 de abril de 2008

Fórum das Entidades Empresariais do Pará
Federações e Sindicatos de Trabalhadores
Conselhos de Representação Profissional

Hora do reconhecimento

Fiepa promove grande evento para a entrega da Medalha do Mérito Industrial Simão Miguel Bitar para Roger Agnelli, da Vale, por incentivar o desenvolvimento industrial do Pará

FOTOS: RICARDO AUGUSTO



Próxima de completar 30 anos de história, a medalha do Mérito Industrial ‘Simão Miguel Bitar’ comprovou o peso de ser reconhecida como a maior honraria do setor produtivo do Estado. Em 2008, a FIEPA homenageou com a comenda o presidente da Vale, Roger Agnelli.

Na noite de 29 de maio, o Teatro Maria Sylvania Nunes, da Estação das Docas, ficou lotado para a solenidade, reunindo autoridades, parlamentares, empresários e personalidades do Estado. Na cerimônia, Agnelli agradeceu o reconhecimento e disse que a medalha é uma vitória do trabalho. “Esse reconhecimento não é só do presidente da Vale ou da empresa e sim pertence a todos os empregados da Vale, que trabalham de forma disciplinada, concentrada e no objetivo de que a Vale seja cada vez mais uma empresa paraense. O futuro da Vale certamente tem tudo a ver com o Pará. Os investimentos serão ainda mais significativos nos próximos anos e me dá uma alegria muito grande de sentir que a Vale é querida no Pará, da mesma forma que nós queremos o Pará bem também”, afirmou, em entrevista coletiva aos jornalistas.

“Para mim é uma honra fantástica e todos nós da

DEPOIS DE RECEBER A MEDALHA DO MÉRITO INDUSTRIAL SIMÃO MIGUEL BITAR, AGNELLI DISSE QUE OS INVESTIMENTOS DA VALE NO PARÁ SERÃO AINDA MAIS SIGNIFICATIVOS NOS PRÓXIMOS ANOS

Vale estamos muito honrados com essa homenagem da FIEPA. É um prazer receber uma medalha que significa tanto para a Federação das Indústrias, tanto para o Estado e agora significa tanto para a Vale e para mim”, completou. Durante a solenidade, o presidente da FIEPA, José Conrado Santos, destacou o papel fundamental da Vale no desenvolvimento de diferentes cadeias produtivas.

Conrado também salientou a importância da Vale na qualificação de trabalhadores, através da parceria em convênios com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). “Em muitos municípios o Senai é o responsável pela educação profissional e isso é possível com a identificação da demanda da Vale e o convênio para qualificação e inserção dos trabalhadores na indústria”, disse.

Para Agnelli, o esforço pela educação é um dos fato-

res tidos como fundamentais para o desenvolvimento do Estado. “O SENAI é um grande parceiro da Vale. A gente tem trabalhado muito com o serviço, no treinamento dos nossos empregados e daqueles que queremos contratar. Temos feito um trabalho importantíssimo e relevante para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, garantindo empregos e empregados de qualidade para o nosso crescimento”.

Desenvolvimento que Vale

A empresa é a maior do setor de mineração, item que representou cerca de 80% de toda a exportação paraense em 2007. Apenas em volume de vendas, a mineração superou os US\$ 6,3 bilhões e foi fundamental para o superávit da balança comercial paraense, que ficou na casa de US\$ 7,2 bilhões no ano passado. Hoje, a Vale possui dez projetos em operação no Pará e cinco em fase de implantação, dinamizando a economia de 14 municípios, em todas as regiões do Estado.

“A presença da Vale no Pará por si só já merece toda essa homenagem e ainda mais quando seu presidente (Roger Agnelli) sente prazer em estar participando do processo de desenvolvimento da nossa região. Agnelli construiu uma administração séria e responsável, tanto na geração de empregos quanto nas inúmeras ações de responsabilidade social”, disse o prefeito de Belém, Duciomar Costa.

O senador Fernando Flexa Ribeiro, representante do Senado Federal na solenidade, afirmou que a entrega da medalha é um reconhecimento coletivo pelo esforço da Vale em gerar emprego e desenvolver o Estado. “A homenagem que a FIEPA presta ao Roger Agnelli é um reconhecimento coletivo por todas as ações que ele, através da Vale, faz pelo Pará. O homenageado é um símbolo de liderança, empreendedorismo e de um vencedor. Por isso, nada mais justo. Ainda mais quando sabemos que o objetivo da Vale é desenvolver ainda mais nosso Estado e se tornar uma empresa com cada vez mais participação paraense”, disse Flexa Ribeiro.

Para o secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Pará, Maurílio Monteiro, que representou a governadora Ana Júlia Carepa na solenidade, Agnelli se destacou pelo papel fundamental que teve nos últimos anos na atuação da Vale. “O Governo do Estado do Pará e a governadora vêm com clareza essa justa homenagem. Agnelli é um homem que teve um papel extremamente relevante nos últimos anos e terá muito maior nos próximos, não somente para o Estado do Pará, mas para todo o Brasil”, completou Monteiro.

A mesa oficial da cerimônia contou ainda com as presenças do deputado federal Asdrúbal Bentes, representante da Câmara Federal; o deputado estadual Joaquim



• José Conrado Santos entregou a medalha a Roger Agnelli

Passarinho, representante da Assembléia Legislativa do Pará; Carlos Tonini, presidente da Fecomercio (Federação do Comércio do Pará); Fernando Yamada, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae no Pará; Carlos Xavier, presidente da Faepa (Federação da Agricultura e Pecuária do Pará); Altair Vieira, presidente da ACP (Associação Comercial do Pará), e Dom Orani João Tempesta, Arcebispo de Belém.

Reconhecimento geral

Empresários que estiveram na cerimônia também elogiaram a premiação. Segundo Marcos Marcelino, que já recebeu a comenda há oito anos, trata-se de um reconhecimento e um estímulo para que o empresário continue trabalhando em busca de desenvolver o Estado. “Este é um momento propício onde o Estado do Pará reconhece a importância da Vale e, mais ainda, reconhece a pessoa Roger Agnelli e a grande importância que ele representa para o nosso Estado, por ter incentivado tantas outras indústrias da região”, disse Marcelino.

Para Roberto Kataoka, empresário da Oyamota, a Vale é também fundamental na construção de uma cadeia produtiva no Estado e exemplo de responsabilidade sócio-ambiental. “A Vale contribui para que as empresas locais se desenvolvam e exige cada vez mais qualidade das empresas fornecedoras. Isso é bom para todos, pois aumenta nosso nível. É uma empresa que também se preocupa com a sustentabilidade ambiental na extração dos minérios e com a responsabilidade social. O prêmio do Mérito Industrial é o reconhecimento da Fiepa em favor de uma empresa compromissada”, avaliou Kataoka.

Para o arcebispo de Belém, dom Orani João Tempesta, a medalha gera uma melhor imagem de uma empresa que busca crescer junto com o Pará. “Com o reconhecimento da Medalha do Mérito Industrial, que hoje homenageia Roger Agnelli, a Fiepa mostra para as pessoas que é preciso conhecer mais a preocupação que a Vale tem pelo nosso Estado”, ressaltou dom Orani.



• As crianças do projeto Vale Música estiveram na homenagem a Roger Agnelli, que reuniu as principais autoridades do Estado



• O presidente da Vale recebe o diploma, entregue por Flexa Ribeiro



• Maurílio Monteiro, representante de Ana Júlia, e Duciomar Costa

O Mérito Industrial

O Mérito Industrial Simão Miguel Bitar é hoje a principal honraria concedida pelo setor produtivo do Estado. Constituído em 1979 e entregue a partir de 1980, já homenageou 61 autoridades, personalidades e empresas que promovem o desenvolvimento do Estado do Pará e da região amazônica.

A definição de nomes que recebem a honraria é realizada em consenso por uma comissão destinada exclusivamente para eleger os homenageados pelo Mérito de cada ano. São escolhidas personalidades, organizações diversas e instituições públicas, civis, militares e eclesíásticas, que tenham se distinguido por marcantes obras dedicadas ao bem público, tornando-se, portanto, alvo de admiração e gratidão da Fiepa, conforme resolução nº02/1979, que consta no regulamento da premiação.

Os homenageados são amplamente divulgados em diferentes âmbitos da esfera pública e privada, como forma de reconhecimento da classe industrial e com a credibilidade que o prêmio possui, por ser a única honraria concedida por uma instituição como a Fiepa, que atua no Estado desde 1949.

Sobre Simão Miguel Bitar – Nascido em 20 de outubro de 1879, Simão Miguel Bitar era libanês e saiu de casa aos 16 anos, escolhendo o Brasil para iniciar a carreira. Após ser vendedor ambulante em Salvador (BA), estabeleceu-se em Belém, onde começou os negócios em uma loja de armarinhos, junto com os oito irmãos, fundando a empresa Bitar Irmãos. Posteriormente, foi pioneiro da industrialização da Borracha no Brasil, comprando máquinas avançadas e construindo sua empresa em Mosqueiro, no ano de 1924.

O negócio cresceu e passou a produzir artefatos de borracha, como pneus e câmaras de ar, aumentando ainda mais o mercado comprador de sua empresa. Em 1936, transferiu o maquinário para a Cidade Velha, onde transformou a firma 'Bitar Irmãos' em Sociedade Anônima. Bitar construiu um império pelo seu dinamismo e veio a falecer aos 79 anos, em 1959. A escolha do nome Simão Miguel Bitar para a Medalha do Mérito Industrial é uma forma de reconhecer aquilo que a honraria representa e dignifica àqueles que a recebem: dinamismo, glórias e luta em favor de desenvolver o setor produtivo paraense. ■

INDÚSTRIA EM FOCO

Com fotografias nas capas de várias revistas nacionais e internacionais, entre elas Veja, Exame, Time, Newsweek e Der Spiegel, João Ramid acumula prêmios ao longo de vários anos de atividade. Além do fotojornalismo, ele se destaca também em fotos para publicidade. Aqui, ele retrata o vigor de uma atividade econômica em expansão em Belém - a indústria da construção civil.



VALE